

Esta publicação é de caráter interno ao PT e distribuída única e exclusivamente aos seus filiados

Ernest Mandel

Elmar Altvater

AIDS:
a doença
e o risco

As conquistas do 1º Congresso



FERNANDA ESTIMA/BOLETIM NACIONAL

EM TEMPO:

Nº 256

Dezembro 1991

Cr\$ 1.000,00

Publicação da Tendência Democracia Socialista do PT

As palavras do 1º Congresso

Realizado em um momento de intensa campanha internacional contra o socialismo, polarizado pelas polêmicas mais agudas, em meio à mais devastadora crise da sociedade brasileira, o 1º Congresso disse um não à idéia defendida por alguns de que o Partido dos Trabalhadores deveria ser refundado, deveria abandonar a sua perspectiva socialista e auto-limitar-se a uma oposição cujo máximo seria a ordem capitalista reformada.

Afirmou um promissor **sim** - na continuidade de sua tradição classista - à idéia de que o que os trabalhadores buscam não cabe nesta ordem, não apenas está além dela, como é radicalmente contra ela.

As conquistas deste 1º Congresso - da reafirmação socialista à aprovação das quotas mínimas de mulheres na direção - estão registradas nas dez páginas seguintes. Nelas estão escritos também os silêncios e as ambiguidades do 1º Congresso, o que está imperfeito, aquém do necessário e o muito ainda a ser conquistado.

A crítica e o alerta contra a Aids - como doença, como risco, como fator que intervém diretamente sobre as relações humanas - é abordada nas páginas 13 e 14. Uma série de três artigos aborda o mercado em três ângulos diferentes: o de seu intrínseco mecanismo de corrupção, a sua relação com o futuro do Leste e com a construção do socialismo.

O atualíssimo desafio da construção da imprensa nacional do PT recebe a contra-capas desta última edição do ano de 1991.

Publicaremos na próxima edição, uma mesa-redonda sobre os impasses do sindicalismo atual com os professores Ricardo Antunes e Armando Boito, que recém lançaram livros de balanço do sindicalismo brasileiro.



"As tentativas de corrigir as distorções e disfunções do planejamento burocraticamente centralizado através de uma crescente dependência dos mecanismos de mercado levam depois de alguns sucessos iniciais, a uma crescente combinação dos males da burocracia com os do mercado, que se reforçam mutuamente em vez de se mitigarem.

O "socialismo de mercado" não é solução para os males da lenda capitalista de um mercado livre nem para a paródia burocrática do socialismo livre. A economia mista proposta pelo "socialismo de mercado" não passa de miséria mista."

Índice :

03	As conquistas do 1º Congresso - João Machado
06	Reafirmação do compromisso socialista - José Correa
08	Venceu a democracia - Carlos Henrique Árabe
09	O PT e a crise nacional - Juarez Guimarães
10	As tarefas imediatas do PT - resoluções do 1º Congresso
11	Um Brasil Democrático e Popular - resolução indicativa do 1º Congresso
12	Deu lilás no 1º Congresso - Tatau Godinho
13	É preciso vencer a AIDS - Américo Bernardes
15	A Economia política da corrupção - Ernest Mandel
18	O mercado e as sombras - Elmar Altvater
21	O socialismo e o "moinho satânico": Uma alternativa - Eduardo Albuquerque
24	O Brasil é agora - entrevista com Rui Falcão, por Isaac Akcelrud

As conquistas do 1º Congresso



Fernanda Estima

João Machado

Há vários ângulos a partir dos quais podemos avaliar o 1º Congresso do PT. Nenhum, certamente, dá razão às "interpretações" que têm sido divulgadas na grande imprensa e nas publicações de correntes do PT como a *Convergência Socialista*.

Não pode ser esquecido o fato de que, numa conjuntura internacional dominada pelo ataque da direita ao socialismo, o PT fez um congresso centrado na discussão do socialismo, no qual até o setor mais reformista (os defensores da tese "Um projeto para o Brasil", conhecida como PPB) foi obrigado a falar de socialismo e revolução (embora, é claro, diluindo bastante o conteúdo de ambos). Este primeiro ângulo de análise leva a acentuar a vitalidade do PT como partido classista e socialista e a falarmos do 1º Congresso como uma grande vitória para os socialistas.

Avanço das posições

Um segundo ângulo de análise - e formalmente o mais importante - é o de avaliarmos o que muda nas definições do PT com as resoluções aprovadas.

Podemos dizer que a grande novidade - e muito positiva - foi a questão da participação das mulheres. Além disso, o ponto de pauta sobre o "socialismo" (que incluiu também uma apreciação sobre a conjuntura internacional e muito parcialmente sobre elementos da estratégia da luta pelo socialismo no Brasil) foi o mais discutido e também o que registrou maiores avanços.

A apreciação da conjuntura internacional aprovada, contida já no texto-base proposto pela "Articulação", é fundamentalmente correta, e arma bastante bem o partido para se situar a nível internacional hoje. Caracteriza a ofensiva ideológica e política levada a cabo pela direita capitalista, e define nossa oposição global à "nova ordem" que se está construindo sob hegemonia imperialista. Esta é uma das partes das resoluções aprovadas mais claramente contrastadas às posições da tese "Um projeto para o Brasil" (PPB), que analisa a atual conjuntura internacional como sendo de um "avanço da democracia".

A parte do texto que trata da concepção do socialismo partiu basicamente do que foi aprovado no 7º Encontro, o "Socialismo Petista". Encontramos a mesma definição do socialismo do PT por uma dupla negativa: nem "socialismo

real" (estalinismo), nem social-democracia.

Foram reafirmadas idéias sobre o socialismo democrático, foi mais explicitada uma visão de busca da emancipação humana, da sociedade sem classes, liberta progressivamente da opressão econômica e política; foi tratada a relação entre democracia representativa e democracia direta, na perspectiva de superar a distinção entre governantes e governados; foi afirmada a contraposição entre o estalinismo e as concepções iniciais da revolução russa, com uma valoração positiva desta e uma caracterização do stalinismo como fruto de uma contra-revolução.

Uma questão que havia sido tratada de modo insuficiente na resolução do 7º Encontro - a da diferença entre Cuba e as experiências do Leste europeu - foi agora corretamente mencionada, ao mesmo tempo em que se aprovou a ênfase na defesa das conquistas da revolução cubana e na luta contra o bloqueio imposto pelo imperialismo norte-americano. Algumas destas questões já estavam presentes no texto-base e foram realçadas a partir de emendas apresentadas pelos proponentes das teses 9 e 10 (que foram na sua grande maioria incorporadas ao texto aprovado).

Lacuna da estratégia

Como ponto negativo nesta parte da discussão é preciso registrar a inclusão de parte de uma emenda do PPB sobre a "ditadura do proletariado", que ao negá-la introduziu uma confusão teórica e histórica em torno ao significado deste conceito, reduzido à sua interpretação stalinista.

No seu conjunto, podemos sem dúvida considerar que a parte do texto aprovado sobre a concepção de socialismo constitui um avanço com relação ao "Socialismo Petista".

O ponto mais negativo deste item da pauta foi a escassa discussão sobre estratégia. Com excessão da reafirmação de idéias já tradicionais no PT, como a do lugar central da luta de massas no combate à exploração capitalista, da combinação entre as mais variadas formas de luta, de formar um bloco democrático e popular, da democracia como valor permanente, da importância da disputa da hegemonia, da perspectiva internacionalista (esta bem mais enfatizada que antes), presentes já na tese-guia, e de algumas emendas apresentadas em conjunto pelas teses 9 e 10, especialmente uma sobre o sentido do Governo Democrático e Popular (aprovada inicialmente no Encontro do Rio Grande do Sul), e que no fundamental retoma idéias já contidas na resolução de 1989 "Diretrizes para o programa de ação de governo" - esta questão esteve ausente.

De conjunto, o PT reafirmou suas orientações e está até um pouco mais definido à esquerda do que antes.

Direito de tendência

A parte da resolução aprovada sobre Construção Partidária, ao reafirmar as concepções clássicas do PT sobre partido de classe e partido dirigente, explicita já na tese-guia uma condenação das idéias do PPB: "É nesta medida que evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre 'partido de interlocução' e 'partido dirigente', que se estabelece quando reduzimos o papel do partido a um mero apresentador de projetos à sociedade, pretendendo assim diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo para a disputa do poder".

Com este ponto de partida importante, contudo, a visão do PT sobre construção partidária só avançou realmente na questão da participação das mulheres (ver matéria na página 12). O debate foi excessivamente centrado na questão do direito de tendências, e as propostas de reestruturação do partido foram em geral remetidas para uma posterior discussão do regimento interno.

Na questão das tendências - a votação mais dividida do Congresso - venceram os partidários de um PT plural e democrático, que não quer ser uma federação de frações, e no qual as tendências são correntes que podem se organizar no interior do partido para defender suas posições. Isto não foi uma novidade: trata-se de uma concepção já presente na regulamentação aprovada em 1990, agora apenas mais explicitada (em particular, na regulamentação das relações internacionais) e enfática na idéia de desbloqueamento do partido.

Numa questão importante - a da relação do PT com os seus parlamentares - foi derrotada uma emenda do PPB que diluía bastante o controle do partido. Ficou então o texto base, mais partidário, acrescido de uma emenda proposta pelas teses 9 e 10 sobre a unificação do partido, que fala do necessário "trabalho de desconstituição da dinâmica de gestão e funcionamento, seja de 'centros autônomos de poder' (bancadas parlamentares, administrações, as chamadas 'expressões públicas'), seja das tendências".

Além disso, há um ítem do texto-base que tem a ver diretamente com o controle sobre os parlamentares: "É preciso que os dirigentes partidários, as nossas personalidades públicas, e os detentores de mandatos eletivos tenham consciência de que são filiados com deveres superiores aos demais. O crescimento dos meios de expressão, dos recursos e da audiência pública devem ser acompanhados de um proporcional sentido de responsabilidade, de ética, de disciplina e de maior controle partidários". Se isto for aplicado será um grande avanço, pois, infelizmente, o que mais tem faltado a alguns dos nossos parlamentares é justamente este sentido superior de responsabilidade, de ética, de disciplina e de controle partidários, como ficou claro nas declarações e artigos na *Folha de S. Paulo* e no *Jornal da Tarde*, entre outros, dos deputados José Genoíno, Eduardo Jorge e Paulo Delgado atacando de forma tortuosa o resultado dos Encontros Estaduais em que foram derrotados.

Balanço à esquerda

A discussão sobre conjuntura e tática e sobre o projeto econômico alternativo ficou bastante prejudicada. No entanto, foi possível corrigir uma orientação equivocada aprovada recentemente no Diretório Nacional (ver matéria na página 9), embora ainda tenhamos que concretizar muito mais nossa linha de mobilização contra o governo Collor. Por outro lado, é importante registrar que a questão que aqui seria mais polêmica - a da política de alianças do PT - não foi discutida.

A dinâmica que prevaleceu indica a necessidade da formação de uma maioria voltada para construir um PT classista, socialista e revolucionário.

Fica o que constava da tese-guia, que é a reafirmação da política "democrática e popular" do 5º Encontro, em 1987.

Em conclusão, se consideramos o Congresso do ponto de vista do que muda nas definições do PT, temos de concluir que a maior mudança - muito positiva - deu-se na questão da participação das mulheres. Na concepção de socialismo houve alguns avanços que superam em muito a confusão introduzida na emenda parcialmente aprovada do PPB; na questão de construção partidária o PT no fundamental reafirmou sua concepção e deu alguns passos na definição de algumas questões; quanto à conjuntura, o PT corrigiu uma orientação errada adotada pelo Diretório Nacional e abriu um novo campo para uma diretriz mais ofensiva. Ou seja: de conjunto, pelas resoluções aprovadas, o PT é hoje um partido que reafirma suas orientações e está até um pouco mais definido à esquerda do que antes. Portanto, neste aspecto, houve uma vitória da esquerda.

Desafios futuros

Outro ângulo importante de análise do Congresso é o de em que medida arma o partido para enfrentar seus grandes problemas. Podemos considerar isto em três questões:

- a da capacidade de enfrentar os grandes debates político-ideológicos atuais, de fazer face à propaganda da direita de que o socialismo morreu e que agora a única alternativa é a integração à "nova ordem" de Bush e cia, de ser capaz de defender uma concepção de socialismo radicalmente democrática e libertária. Nesta questão, o PT saiu razoavelmente bem armado;

- a de se tornar capaz de enfrentar os desafios da construção partidária, fazendo face às pressões para a integração do partido nos aparatos do Estado burguês (parlamentos, administrações), e para a sua diluição numa multiplicidade de centros de poder. Nesta questão, houve alguns avanços, mas bastante tímidos;

- a de ser capaz de enfrentar a crise política brasileira, lutando por uma alternativa ao governo Collor. Nesta questão, o partido começa a se orientar bem, mas de uma forma ainda bastante insuficiente, com muitas questões em aberto, principalmente no campo estratégico.

Derrotas do PPB

Finalmente, talvez o ângulo decisivo de análise do Congresso seja o das dinâmicas dos vários setores, das polarizações existentes desde o início da sua preparação, do que se pode entrever do futuro.

A que se destaca em primeiro lugar é a dinâmica de derrotas e recuos sucessivos do PPB. Os principais proponentes desta tese, é bom lembrar, começaram o processo de preparação do Congresso falando em "refundar o PT" e em "constituinte do PT" (termos usados por Plínio Sampaio e José Genoíno). A isto se juntou a pretensão de ver aprovadas uma "nova matriz de pensamento socialista", radicalmente contraposta à visão até então dominante no PT, e uma "nova concepção de partido", centrada na idéia do "partido de opinião" ou de "interlocução", como "conjunto de indivíduos que têm uma comunidade de projeto", concepção esta contraposta à de partido dirigente e de classe (vista pelo PPB como expressão do "velho leninismo").

O PPB declarava ainda a pretensão de disputar com a Articulação o lugar de tese majoritária.

A história foi bem outra. Já antes dos Encontros estaduais, os companheiros abandonaram as idéias de refundação, primeiro, e de disputar a concepção de partido, depois, pois estava claro que não tinham nenhuma condição de obter a maioria. Concentraram-se na disputa da concepção de socialismo, dos mandatos parlamentares, das tendências e na política de alianças. Achavam que poderiam receber por parte de delegados da Articulação um grande apoio, que lhes permitiria no mínimo introduzir no texto-base suas principais concepções. Julgavam-se tão fortes que em São Paulo, por exemplo, faziam questão de ter suas emendas aprovadas quase que na íntegra, não aceitaram mudanças significativas na sua redação. Tiveram uma fragorosa derrota, e como maus perdedores foram para a grande imprensa atacar os Encontros estaduais e acusar os delegados de serem militantes estreitos e funcionários do partido.

Para o Congresso, mudaram de tática, e reduziram mais ainda sua ambição. Para poderem ter o poio da Articulação, aceitaram contentar-se com duas emendas bastante reescritas na questão do socialismo; e foram à disputa nas outras questões. Perderam na das tendências, na dos mandatos

A votação da tese guia

Nome das teses	Socialismo		Construção	
	votos	%	votos	%
Sobre o Socialismo a Revolução Brasileira e o PT	30	2.92	NA	
Em defesa do PT, das origens, por um Brasil Socialista	74	7.20	74	7.34
Em Defesa do PT	36	3.50	37	3.67
Um Projeto para o Brasil	127	12.36	129	13.29
Um rumo revolucionário para o PT	115	11.19	114	11.30
Por um PT Socialista e Revolucionário	145	14.11	147	14.58
Por um Brasil Democrático e Popular - Articulação	476	46.34	463	45.93
O PT e a Construção do socialismo	33	3.27		

(NA= não apresentada)

parlamentares, não foi discutida a política de alianças e no socialismo ganharam uma emenda com a redação original negociada e perderam a outra; por outro lado, tiveram de aceitar o reforço no texto de várias idéias das quais discordam frontalmente. Muito longe de disputarem com a Articulação o lugar de tese majoritária, tiveram apenas 12% dos votos dos delegados.

Além disso, durante o processo do Congresso houve o descolamento de uma parte importante dos integrantes das tendências que inicialmente se juntaram para formar o PPB. Uma parte expressiva da Vertente Socialista não o apoiou, e houve uma diferenciação na Nova Esquerda, sobretudo no Rio Grande do Sul, com alguns companheiros por exemplo apoiando a emenda vitoriosa sobre tendências.

No entanto, apesar de todas estas derrotas, o PPB continua a ter um peso importante no PT e uma capacidade de disputa, a partir de duas condições: suas expressões públicas e seu acesso à grande imprensa (não por acaso a **Folha de S. Paulo** e o **Jornal da Tarde** apoiaram até em editorial as posições do PPB) e o apoio que têm em alguns setores da Articulação.

Esquerda real

Outra dinâmica negativa no Congresso foi a da Convergência Socialista, seguida por outras correntes menores e em geral pelo O Trabalho. Desde o início do processo do Congresso a CS vem caracterizando o PT como majoritariamente social-democrata, e elaborou uma tática de "unidade das esquerdas" para atingir 40% do Congresso e enfrentar a Articulação e o PPB tomados como um bloco. Na questão das tendências, aferiu-se à defesa do seu "direito" de atuar o mais possível como uma fração pública do PT e em não apostar na construção do partido, mas sim na sua própria.

Ora, além de se basear numa caracterização equivocada, e de ser extremamente sectária, esta tática só podia ter o objetivo de perder (pois 40% não é maioria) e a partir daí denunciar o curso do PT. Com qual objetivo?

Só podemos torcer para que a CS e as outras correntes que se somaram a esta dinâmica revejam sua posição.

A outra dinâmica presente no Congresso foi a do esforço realizado pela DS e por todos os companheiros que apoiaram a tese 9, pela maioria dos companheiros da Articulação, pelos companheiros da tese 10 (com a exceção dos companheiros do Movimento por uma Tendência Marxista na votação decisiva das tendências) e por outros companheiros, como os do Fórum do Interior de São Paulo, os da Vertente



Fernanda Estima

Socialista que não integraram o PPB e, em parte, pelos que apoiaram a tese apresentada pelo deputado Vladimir Palmeira, para avançarem na linha do PT classista, socialista, revolucionário e democrático. Foram estes setores que formaram a esquerda real do Congresso, que participou efetivamente das disputas. Embora ausente da grande imprensa, foi a dinâmica que se formou a partir da sua interlocução e colaboração que prevaleceu no 1º Congresso do PT. E ela aponta a possibilidade de uma recomposição da direção do partido para aprofundar o seu projeto.

Por tudo isto, vendo a questão de todos os ângulos possíveis, temos de fazer um balanço positivo e à esquerda do 1º Congresso do PT, embora tenhamos também de salientar a existência de muitas questões não resolvidas e de muitos problemas que vão se recolocar.

As disputas que marcaram o Congresso continuam (inclusive agora a disputa pela interpretação dos seus resultados). Mas os setores da **esquerda petista** (sublinhando tanto esquerda como petista) estão melhor posicionados do que antes para construir o PT como partido capaz de dirigir a revolução brasileira. □

João Machado é membro da executiva nacional do PT

Jornalismo e má ficção

Quem tenha tomado conhecimento do Congresso do PT pela "Folha" não tenha dúvida de que ali - não no Congresso, mas nas páginas daquele jornal - fundara-se um novo partido.

De outro lado, quem teve acesso à dinâmica de todo o processo preparatório e de sua conclusão no Congresso pode ter a chave de uma dimensão histórica e ideológica ainda pouco valorizada: o PT debateu neste período todo não só internamente, mas, acima de tudo, contra o império e a prepotência das idéias da "nova" ordem.

Da "burocracia" à "socialdemocracia"
Na semana anterior ao Congresso as chamadas da "Folha" expressaram um transição entre a linha de deslegitimação dos Encontros Estaduais e a de impor a sua vontade editorial independentemente dos fatos.

Assim na 2ª feira, dia 25 de novembro, estampava: "Burocracia domina o encontro do PT - José Genoino aponta crescimento da 'esquerda tradicional'; Delgado diz que Congresso não terá militantes". Na 2ª feira, 2 de dezembro, impunha: "PT confirma tendência social-democrata - 1º Congresso condena ditadura do proletariado e uso da violência e assume uma política ampla de alianças". Em uma semana o partido da burocracia virou socialdemocrata...

A mudança correspondeu a dois movimentos sincronizados. O primeiro visava tornar sem efeito e ridicularizar os resultados dos principais Encontros, em particular o de São Paulo. Um suporte básico para esta linha foi o artigo publicado pela "Folha" de José Genoino e Eduardo Jorge atacando o Encontro de SP. O segundo movimento objetivou criar, no lugar do Congresso, previamente desqualificado, a versão insistente e cres-

centemente repetida: o PT devia virar socialdemocrata. O aparente descuido de noticiar as coisas que não aconteceram - o Congresso sequer discutiu a política de alianças; rejeitou a emenda da não-violência - revelou com extremo cuidado a violência do ideário da "nova" ordem: nenhum espaço ou voz própria para os "fora da ordem" - estes só aparecem como a ordem os quer.

O Congresso continua
O episódio "Folha" pode ser igualmente revelador em outros aspectos. Em dois mais precisamente.

No dia 1 de dezembro, nos antigos estúdios da Vera Cruz, o Congresso foi encerrado oficialmente, mas não foi concluído. Ele continuou como disputa entre o partido e a tão decantada sociedade civil - aliás, bastante incivilizada como demonstram alguns de seus mais destacados porta-vozes, como a "Folha" - e esta disputa, também como vimos, encontra correspondentes internos.

De outro lado, acentua uma vitória ideológica de esquerda, efetivada pelo Congresso. Quando Lula declarou que "continuamos o mesmo partido de sempre" estava dizendo o que foi a voz da maioria dos delegados. A mesma voz que já tinha rechaçado, antes do Congresso, a proposta de fundar um novo Partido, de descaracterizá-lo como partido de classes. O esforço da "Folha" em provar o contrário teve de usar a mentira, a falsificação grotesca e, para parecer real, a palavra de destacados petistas (que se representaram muito bem na "Folha", mas muito mal no Congresso). Na verdade, podemos dizer que o Congresso só pode ser apreciado em toda a sua grandeza se vemos contra quem ele levantou.

Carlos Henrique Árabe

Reafirmação do compromisso socialista



Fernanda Estima

José Corrêa

A discussão do tema socialismo foi a mais polêmica do processo de preparação do 1º Congresso. O Congresso foi também neste ponto - como em outros - uma grande derrota do "Projeto para o Brasil", apesar da interpretação contrária que se pode ter lendo a cobertura e as análises da imprensa burguesa. Mas representou igualmente um grande isolamento do esquerdismo doutrinário que buscava não disputar e construir posições partidárias, mas apenas demarcar "seu campo". Esta foi a tônica particularmente da intervenção da Convergência Socialista, cujas propostas foram amplamente rechaçadas pelo plenário do Congresso.

Derrota do socialismo liberal, derrota do esquerdismo, o debate do tema permitiu ao PT desenvolver suas posições de uma forma muito mais afirmativa do que no 7º Encontro Nacional, quando foi aprovada a resolução **O socialismo petista** com um tom ainda defensivo na afirmação do nosso objetivo e horizonte socialista.

Vamos percorrer os temas mais polêmicos do debate que transcorreu no Congresso.

Nossa alternativa

Um dos pontos onde o texto original era ambíguo dizia respeito a questão do caráter da alternativa que defendemos para os povos da América Latina face à nova ordem internacional. Foi aprovada uma emenda ao item 41 do texto base proposta pelas teses 9 e 10 explicitando que "a emancipação da América Latina e a construção de uma nova sociedade passam necessariamente pela superação da ordem mundial que hoje se estrutura e da dominação daqueles setores que, dentro e fora dos países do continente, dela se beneficiam. Os eixos de luta antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, que elaboramos nos 5º e 6º Encontros Nacionais do PT como as bases do programa sustentado pelos trabalhadores e a maioria da nação brasileira, dizem respeito a problemas que são enfrentados por todos os países de nosso continente (exceto Cuba)".

A partir daí, a emenda explicita tarefas colocadas desdo-

brando estes eixos e concluindo: "é somente na luta pela realização destas tarefas que nosso continente poderá conquistar uma inserção internacional diferente da atual, contribuindo para a estruturação de uma nova ordem internacional não opressiva". Vale mencionar também neste ponto a assimilação de emendas que enfatizam a centralidade do internacionalismo para a luta socialista contemporânea.

Coerente com este diagnóstico, o Congresso travou uma longa polêmica sobre Cuba. Rejeitou tanto as emendas que colocavam o "compromisso" abstrato com a luta pela democracia em Cuba ignorando o contexto concreto onde ela se trava, quanto as emendas sectárias que chamavam as massas cubanas a uma revolução política para derrubar o regime de Castro. Foi aprovada uma emenda proposta pelas teses 9 e 10 que, mantendo a afirmação do texto base de que o aprofundamento da democracia é a melhor forma de defesa da revolução, enfatiza a importância da criação de um amplo movimento de luta contra o bloqueio imperialista e de sustentação das conquistas da revolução cubana.

A Revolução russa

Foram igualmente aprovadas duas emendas que superaram um dos maiores problemas da discussão colocada pelo "Projeto para o Brasil" sobre o socialismo: a identificação do estalinismo, do chamado socialismo real, com as fontes teóricas e o movimento prático que esteve na raiz da revolução russa. Uma primeira emenda ao item 59 explicita que os processos de burocratização representam a negação das fontes teóricas e práticas que inspiraram a revolução de 1917.

A outra mais extensa, merece ser destacada: "A revolução russa esteve no centro do amplo ascenso revolucionário que eclodiu na Europa e na Ásia ao final da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar de ter resistido à pressão militar de seus adversários externos, sofreu uma série de crescentes derrotas - o seu isolamento internacional em decorrência da derrota das revoluções em países como Alemanha, Itália e Hungria e do cerco patrocinado pela burguesia internacional, a destruição massiva do país e suas consequências sociais, a eliminação das conquistas obtidas em 1917 no

Foi reafirmada a idéia chave de que a burocratização no Leste representa a negação das fontes que inspiraram a revolução de 1917.

plano da democracia política, o crescente poder no novo Estado e no partido com ele imbricado de uma burocracia que se autonomizou de qualquer tipo de controle, etc. Este processo - que deriva de circunstâncias "objetivas" que não podem ser substituídas mas é, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder - teve como resultado global uma verdadeira contra-revolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética. Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só país, fundado na estatização dos meios de produção sob controle burocrático. Este modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decididamente no curso dos processos revolucionários posteriores como a revolução chinesa, iugoslava, vietnamita, ou mesmo, ainda que em menor grau, a cubana."

Democracia socialista

A discussão doutrinária sobre socialismo foi marcada pela polémica estabelecida no jornal **Folha de São Paulo** pelo artigo de Genoio e Eduardo Jorge contra a emenda ao parágrafo 75 da tese guia que havia sido proposta pelas teses 9 e 10 e aprovada no Encontro de São Paulo. Esta emenda representa a negação completa das proposições sobre socialismo dos setores social democratizantes do partido, tanto por reafirmar que "os ideais que se encontram na raiz dos movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, que se compromete com a luta pela superação do capitalismo", quanto por reafirmar as decorrências disso para o projeto de sociedade pelo qual lutamos ("um governo dos indivíduos livremente associados", fim de toda a forma de exploração e opressão, da "força de trabalho como mercadoria", etc). Esta emenda foi reapresentada no Congresso e aprovada.

Ao mesmo tempo não foi reapresentada a visão de socialismo do "Projeto para o Brasil", tal como havia sido proposta e rejeitada pelo Encontro de São Paulo. Um longo texto do mesmo caráter intitulado "Sobre a utopia", apresentado nos grupos por Gushiken, acabou sendo retirado pelo autor antes da votação em plenário.

Mas foi aprovada também uma emenda ao parágrafo 90, apresentada pelas teses 9 e 10, sobre a importância da democracia direta ligada ao objetivo de extinção das classes e do Estado. Ela afirma: "o problema da relação entre as formas direta e representativa de democracia deve levar em conta estes objetivos de desestatização da política. A democracia socialista baseia-se na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo. Exige também condições socio-econômicas distintas das atuais, entre as quais uma importante redução da jornada de trabalho. Neste quadro, a superação das instituições que são responsáveis por um importante nível de autonomia dos governantes perante o povo (como é o caso dos mecanismos clássicos da democracia representativa liberal) é um objetivo a ser perseguido. Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação".

Temos, como se pode constatar, um importante aprofundamento frente às definições aprovadas pelo 7º Encontro Nacional e uma inequívoca derrota das posições social-democratizantes.

A discussão sobre economia e socialismo foi mais breve e terá que ser aprofundada pelo partido. Foram incorporadas diversas emendas importantes que enfatizavam uma abordagem ecológica dos problemas econômicos, que compreendem o rechaço a uma visão produtivista e consumista da economia na transição ao socialismo. Foi também incorporada uma emenda ao item 91 que se mantém no campo de definição prévio do texto sobre a relação entre plano e mercado.

Ditadura do proletariado

A única vitória obtida pelo pelo "Projeto para o Brasil" deu-se em torno da discussão sobre a ditadura do proletariado. Esta votação foi fruto de um acordo entre a Articulação e o "Projeto...", através do qual seria apresentada a emenda firmando uma posição contra a ditadura do proletariado, mas o "Projeto..." faria uma autocritica da forma como tratou a discussão de socialismo, em particular do artigo de Genoio e Eduardo na **Folha de São Paulo**.

Na defesa da emenda, entretanto, Maurício Faria, da Nova Esquerda, não só não fez nenhuma autocritica como defendeu a emenda desde posições liberais. A defesa da Articulação, por

parte de Rui Falcão, teve como eixo a crítica às posições liberais sobre a questão da democracia (e aí estava se referindo à intervenção de Maurício) e a afirmação de que a Articulação cumpre os acordos que estabelece - concluindo com um chamamento a coesão dos delegados da Articulação no cumprimento do acordo firmado, apesar dele não ter sido cumprido pelo "Projeto..."

As partes mais importantes do texto aprovado dizem o seguinte: "A democracia para nós é, simultaneamente, meio e fim. Dizer isto implica em recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os trabalhadores... Lutamos por uma sociedade efetivamente plural, mais um motivo para sermos anticapitalistas, pois o capitalismo, ao oprimir e alienar os indivíduos, só admite de fato uma pluralidade restringida pela desigualdade de condições e oportunidades. Mas motivo também para rechaçarmos a chamada "pluralidade para os partidos operários" - ou seja, "para quem pensa como nós" - que, historicamente, só pode se concretizar como expressão transitória da ditadura do proletariado."

O texto, portanto, iguala estalinismo e ditadura do proletariado, igualdade hoje presente na cabeça de parte importante dos militantes do PT e dos movimentos sociais. Introduz uma confusão teórica sobre o tema ao reduzir o conceito à sua interpretação estalinista e afirmar que ela só pode existir como ditadura "do partido único". Foi votado sob o apelo de que a Articulação cumpre com os acordos que firma.

As posições revolucionárias não dogmáticas do PT votaram contra a emenda porque o conceito é parte do sistema teórico de análise do Estado do marxismo clássico (apesar do termo ditadura do proletariado ser infeliz, refletindo o horizonte histórico e intelectual do século XIX) e porque esta questão se situava no contexto de uma disputa política com o "Projeto para o Brasil". Mas podemos dizer que ao não entrar nos temas relativos à teoria do Estado, do seu caráter de classe, da necessidade da destruição do Estado burguês e da estruturação de um novo poder de classe, a afirmação pelo PT da rejeição da ditadura do proletariado dá-se sem que isso represente um prejuízo maior para as posições revolucionárias não dogmáticas no seu interior. Para os marxistas revolucionários, a ditadura do proletariado sempre foi entendida como a democracia socialista estruturada em moldes pluralistas, capaz de incorporar todas as correntes que aceitam a legalidade socialista estabelecida pelo poder dos trabalhadores que emerge do esmagamento do aparelho de dominação burguês.

O novo poder

Vale a pena mencionar, para concluir, três fatos. De um lado, uma longa emenda proposta pelo "Projeto..." defendendo a não-violência foi recusada pelo plenário, ao contrário do que noticiou mentirosamente a **Folha de São Paulo**, principalmente devido a boa crítica a sua aceitação por parte de Vladimir Palmeira.

De outro, foi incorporada uma emenda ao item 98, de autoria das teses 9 e 10. O texto afirmava que na disputa de hegemonia, "o poder político constroi-se no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola, no campo." A emenda aprovada desenvolve a idéia de que isso só ocorre em situações de crise: "este poder popular, entretanto, tem um caráter limitado pelas instituições dominantes na sociedade capitalista e pela correlação de forças social que as sustentam - podendo em situações políticas particulares ganhar um novo caráter, expandindo-se e generalizando-se..."

Por fim, foram aprovadas uma série de emendas apresentadas por subsecretarias ou movimentos específicos, com destaque para a questão das mulheres (ver matéria a parte) e a questão racial, que procuram integrar as lutas dos oprimidos em nosso projeto socialista e tirar as consequências disso para a construção partidária

De conjunto, a análise do texto original e das emendas aprovadas evidenciam um balanço muito positivo da discussão de socialismo travado no Congresso. Temos nesta questão um claro avanço das posições socialistas e revolucionárias, face ao que foram as definições adotadas no 7º Encontro. □

A emenda contra a "ditadura do proletariado" reduz o termo a sua dimensão estalinista, tal como é compreendida pela maioria dos petistas.

Venceu a democracia

Carlos Henrique Árabe

O tema que concentrou o Congresso no debate sobre concepção partidária foi o de tendências. A posição vitoriosa assegura o efetivo direito de tendência e, de maneira igualmente firme, decide superar os vários problemas surgidos na prática de tendências.

Outros aspectos também foram tratados, entre eles, núcleos e a definição dos mandatos parlamentares. Pontos relevantes foram remetidos ao Diretório Nacional, que, por maioria qualificada (de 2/3 dos votos), propôs uma forma final de regimento a ser submetido ao 8º Encontro Nacional, sem prejuízo de medidas imediatas para entrar em vigor já nos próximos encontros.

A grande disputa

Literalmente dividido, o plenário do Congresso definiu, por 466 votos contra 441 (ou seja, uma diferença de cerca de 2%), substituir o dispositivo da tese guia por outra formulação sobre o direito de tendência.

De modo absurdo, as tendências "Movimento por uma Tendência Marxista", "Convergência Socialista" e o "Trabalho" se abstiveram nesta decisiva votação.

Todo o processo preparatório do Congresso, considerando as teses e as resoluções de Encontros Estaduais, colocou o partido ante duas opções. Uma, a que foi aprovada, apoiada na atual regulamentação das tendências, propunha aprimorá-la no sentido de desbloquear a vida partidária e precisar aspectos daquela regulamentação. A outra, presente na tese guia (Articulação) e em teses como "Um projeto para o Brasil", propunha a suspensão da regulamentação do 5º ao 7º Encontros Nacionais, preconizando forte restrição ao direito de tendência. Mais que a própria tese guia, uma emenda apresentada num dos grupos de discussão do Congresso, pelo companheiro Daniel A. Reis, do PT/RJ (e apoiada pelos companheiros Carlos Nelson Coutinho e José Genoíno) elucidava bastante o sentido da tese guia:

"O PT defende o direito de tendência como essencial à convivência democrática de diferentes correntes de opinião.

"Para efetivar este direito, e no sentido de aprofundar a democracia no PT, propomos que, a partir deste Congresso, as tendências não tenham mais direito a: 1) relações internacionais próprias; 2) imprensa própria; 3) formação política própria; 4) sede própria; 5) finanças próprias.

"Além disso, e coerentemente, as tendências deverão ter, sempre, suas reuniões anunciadas, e realizadas, publicamente.

A idéia de efetivar um direito através da retirada de direitos, mais que uma contradição nos seus termos, remeteria o partido para uma situação pré-1987, desprezando todo o

processo de amadurecimento já realizado. Na verdade o sentido geral da concepção sobre tendências que foi derrotada era o de inverter o processo de síntese partidária, abrindo campo para uma política de exclusões. Em oposição, a vitória de uma concepção que mantém efetivamente o direito de tendência sem conciliar, no entanto, com o fracionismo, reafirma o rumo de um partido democrático - e nesse sentido inviabiliza também possíveis intenções de denunciá-lo como monolítico, como pretexto para continuidade de práticas sectárias.

Outras definições

Três outros aspectos merecem destaque na discussão sobre construção partidária. Em relação aos mandatos, o Congresso manteve a importante definição contida na tese guia de mandato partidário e a determinação de controle pelo partido dos recursos daí provenientes (na forma de duas alternativas: definição de mínimo e máximo de remuneração ou inclusão no plano de cargos e salários dos mandatários).

O Congresso rejeitou uma emenda apresentada pela tese "Um Projeto...", que redefiniria o caráter do mandato (ao partido restaria um papel de mediar a sociedade e o mandatário). De outro lado, aprovou emendas propostas pelas teses 9 e 10 que reforçam o caráter dirigente do partido na relação com seus parlamentares.

Na discussão sobre núcleos prevaleceu o texto da tese guia, após a derrota de uma emenda das teses 9 e 10 que propunha o núcleo como instância básica de organização partidária. Ao final do Congresso, um texto proposto em comum por Raul Pont e Elói Pietá apresentava uma formulação de reforço da estrutura baseada em núcleos. O saldo foi evidentemente a insuficiência da resolução de construção exatamente no que deveria ser o seu ponto mais afirmativo. E, de alguma forma, se transferiu o debate para os trabalhos da Direção Nacional relativos à redação do regimento.

Em relação à composição da direção - o terceiro ponto - o Congresso manteve a abordagem da tese guia, com a inclusão de formas de composição setorial (que obrigará a construção de direções ou coordenações da atuação partidária nos movimentos e frente de massa) e por base geográfica. Isto ainda terá que ser regulamentado e precisado pelo Diretório Nacional.

Vale registrar ainda um conjunto de emendas produzidas pelos coletivos das secretarias de formação e movimentos populares, que dão a estas duas áreas definições de congresso, implicando em muito mais peso na construção partidária.

O conjunto de emendas neste item, ao lado do sentido geral da tese-guia de reorganização, mostram evidente orientação do Congresso por um partido militante, mais unificado, democrático e com mais capacidade de direção. □

A vitória da concepção que mantém o direito de tendência, sem conciliar com o fracionismo, reafirma o rumo de um partido democrático.

Emenda aprovada

"(...) 40.5. Assim, entre as diversas medidas adotadas pelo 1º Congresso para desbloquear a vida do partido e ampliar sua democracia e seu pluralismo, propomos a seguinte regulamentação do direito de tendência:

40.6. Tendências são agrupamentos de militantes que se organizam para defender, no interior do partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública ou definir-se como permanentes.

40.7. Afim de desenvolver suas atividades, internas ao partido, as tendências poderão manter espaços, sendo vedada a utilização destes espaços para organizar atividades externas ao partido ou para reuniões das tendências com não filiados. Os escritórios das tendências devem ter conhecimento da direção partidária e autorizados por ela, não devendo ostentar nenhum tipo de identificação pública. Fica vedada a existência de escritórios de tendências onde o partido não possui sede. Recomenda-se às tendências que se reúnam, nas próprias sedes partidárias sendo que as atividades

devem ser abertas a qualquer filiado.

40.8. As tendências internas poderão produzir boletins informativos de circulação estritamente interna ao Partido; bem como editar publicações voltadas ao debate político teórico ou propostas sobre conjuntura e movimento social, internamente ao partido. É vedada às tendências a publicação do folheto, jornal, revista ou qualquer outro meio de comunicação, voltado a orientar e organizar a intervenção política autônoma das tendências no movimento social, na conjuntura, e/ou para difundir posições de tendências fora do PT. É vedada, também a circulação de quaisquer documentos públicos assinados por tendências, mesmo que veiculando posições oficiais do partido.

40.9. As tendências poderão manter mecanismos de arrecadação de recursos desde que eles não concorram com as finanças partidárias e/ou não adquiram caráter de finanças públicas para uma tendência interna. Iniciativas patrocinadas pelas tendências para arrecadar recursos internamente ao PT devem ser comunicadas à direção partidária.

40.10. As relações internacionais são atributo

exclusivo do partido, através de suas instâncias de direção.

A direção nacional avaliará as relações internacionais mantidas atualmente por tendências na perspectiva de assumi-las, na medida em que correspondam à política definida pelo partido. Esta avaliação será tomada como base para o Diretório Nacional estabelecer as formas, processos e prazos para superar a atual situação. Nesta perspectiva, não haverá, portanto, representação de tendências internas ao PT em eventos ou organismos internacionais.

40.11. As tendências internas ao PT não podem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações ou posições das tendências não podem se sobrepor ou se chocar ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

40.12. O primeiro congresso aprova esta regulamentação de tendências compreendendo que, como antes, a unidade do Partido demandará um processo político para por fim as verdadeiras frações que atuam no partido. Nesse sentido, orienta a direção nacional para que garanta seu cumprimento."

O PT e a crise nacional

Jurez Guimarães

Como era previsto, os temas estratégicos e programáticos que se referiam à construção da alternativa democrático-popular para a crise da sociedade brasileira tiveram um espaço reduzido de debate no 1º Congresso. O mesmo vale para a discussão da proposta imediata do PT frente à crise do governo Collor.

O tema da "conjuntura e tática", discutido nos grupos, foi à plenária do domingo, pressionado entre o atraso do encaminhamento de outros temas e a cerimônia de encerramento do Congresso. A proposta de um "programa alternativo para o Brasil", trabalhada em um grupo formado especialmente para discutir o tema, foi apenas apresentada ao plenário do 1º Congresso e aprovada indicativamente para uma deliberação final no Diretório Nacional.

Mesmo assim, os resultados destas discussões devem ser valorizados. Constituem avanços significativos em relação ao estágio anterior de discussão partidária e contém fortes elementos necessários para a superação da paralisia que marcou o PT em 1991.

Avanços e limites

As duas emendas sobre conjuntura e tática que foram a voto na plenária final refletia já uma evolução à esquerda no debate partidário. A emenda majoritária com cerca de 70% dos votos (Articulação, Democracia Socialista, Projeto para o Brasil) e a emenda minoritária (centrada nos apoiadores da tese 10 e **O Trabalho, recebendo o voto da Convergência Socialista** compunham ambas um campo bastante alternativo à idéia central contida no documento "**A transição e a crise**", aprovado recentemente pelo Diretório Nacional. Este documento defendia a idéia de que nossa intervenção, por um cálculo de correlação de forças, deveria estar auto-limitada pelo calendário das eleições de 1992, a reforma constitucional de 1993 e as eleições presidenciais de 1994.

O centro da tática na emenda majoritária é definido como "a construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo e seu projeto neoliberal".

É importante, em segundo lugar, a idéia de que este movimento democrático-popular forma-se em torno a um programa de reformas estruturais que compõem um campo oposto e alternativo ao projeto neoliberal. Os temas e o delineamento mais exato destas reformas estruturais certamente exigem maior precisão. Elas são apresentadas de forma mais articulada no documento "Um Brasil democrático e popular".

Um terceiro aspecto: está presente com força a idéia de que o movimento democrático-popular deve articular sindicatos, partidos, administrações populares, superando o fraquejamento de ações hoje existente.

O PT e a crise do Governo

A emenda aprovada assume explicitamente a proposta de antecipação do plebiscito sobre sistema de governo, vinculando-o à realização de reformas de democratização do Estado e à realização de eleições gerais antecipadas. A hipótese do impeachment não é também descartada.

Esta proposta vinculada à construção de um movimento democrático-popular de oposição à Collor, se concretizada, abre sem dúvida um espaço para o PT intervir ofensivamente na conjuntura, atuando diretamente sobre a disputa em torno à saída da crise do governo Collor.

Marcando uma evolução largamente positiva em relação as posições antes aprovadas pelo Diretório Nacional, a emenda aprovada omite-se, no entanto, de fazer uma defesa explícita e cristalina - assentada nos pressupostos democráticos que o PT encarna - da noção de que somos favoráveis à redução do mandato do governo Collor. Indica um caminho para fazê-lo, mas não explicita todas as suas consequências.



Fernanda Estima

Esta é, aliás, a única diferença mais relevante entre a emenda aprovada e aquela originalmente apresentada pelas teses 9 e 10.

Certamente esta não explicitação revela algo: as pressões, externas e internas, para que o partido acomode-se simplesmente ao calendário eleitoral. E, por isso mesmo, é mais do que legítimo supor que continuará em pauta a luta para que o partido movimente-se para ocupar as ruas no próximo período, através da formação de um movimento democrático-popular.

- Versão e fato

"Esta não explicitação de todas as consequências", porém, está muito longe da versão - largamente difundida pelos meios de comunicação e, coincidentemente, também pela Convergência Socialista - de que a emenda aprovada sobre a intervenção do PT na conjuntura seria mais um sinal de sua social-democratização.

A verdade é que todas as propostas apresentadas, independente da fraseologia, articulavam mobilização social e uma **fórmula institucional** na luta contra Collor. O trecho propositivo da proposta apresentada pela Convergência Socialista aos grupos do 1º Congresso, por exemplo, dizia:

"Este Congresso deve, então, aprovar uma imediata campanha nacional por "Fora Collor" que se apoie centralmente na ação direta das massas e, ao mesmo tempo, venha acompanhado por uma proposta alternativa concretizada num plano econômico de emergência que mostre que os trabalhadores têm outra saída para a crise. Neste marco, no campo institucional, nossos parlamentares devem propor o impeachment e a dissolução do Congresso, com a consequente convocação de eleições gerais, tendo claro que só derrotaremos Collor com a mobilização de milhões, e não alimentando ilusões no Congresso Nacional que é um ponto de apoio ao governo e não a sua desestabilização."

A menos que se partilhe a ilusão de que a conjuntura é imediatamente revolucionária e terá uma solução via ação direta das massas de forma insurrecional, a fórmula do impeachment como gancho institucional tem igualmente toda uma tramitação parlamentar - e, inclusive, jurídica - complicada.

Se não partilharmos desta ilusão e assumirmos todas as contradições da realidade tal como ela se apresenta, a resolução aprovada representa um avanço: ao mesmo tempo, em que ela abre o campo para um movimento unitário de massas contra Collor, articula este movimento com propostas que propõem ofensivamente a democratização radical do Estado e a realização de eleições gerais. □

Mesmo que limitadas, as resoluções aprovadas contêm fortes elementos para superar a paralisia evidenciada pelo partido em 1991.

As tarefas imediatas do PT



Fernanda Estima

A crise econômica, social e política ganha uma amplitude nunca vista. A velocidade da crise se acelerou e suas dramáticas consequências - inflação sem controle, recessão, demissões em massa queda de produção, fechamento de

empresas - têm se refletido em todos os aspectos da vida nacional. A miséria e a violência fazem crescer a desesperança em nosso país.

O Governo Collor é hoje o principal instrumento de aprofundamento da crise. Fartas denúncias de corrupção, amplamente noticiadas pela imprensa, cercam o seu governo, envolvendo ministros, assessores diretos e até mesmo sua família. Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebradas. Ao mesmo tempo em que faz exatamente o contrário dos mais veementes compromissos que assumiu durante a campanha, de forma autoritária viola seguidas vezes até a própria Constituição. Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social.

Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor.

(...)O governo Collor despenca nas pesquisas de opinião, que traduzem, em números e porcentagens a angústia e o descontentamento do povo. Só não vê quem não anda nas ruas, não vai às feiras livres, não viaja em transportes coletivos. Revoltadas, indignadas, as pessoas expressam seu sentimento de que o PT deve ser capaz de captar e de transformar num amplo movimento democrático, popular, de oposição ao governo Collor. Eis, pois, qual deve ser o centro de nossa intervenção política na conjuntura: a construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo e a seu projeto neo-liberal. É preciso articular nossa capacidade de mobilização social, nossa intervenção parlamentar e nossa ação nas prefeituras.

Como já fizemos em diversos momentos de nossa história partidária, o PT pode e deve mediante a retomada de mobilização em escala de massas, inviabilizar e derrotar as políticas predatórias de Collor de Mello, fazendo prevalecer social e institucionalmente uma saída democrática e popular para a crise do país.

(...)Para o sucesso dessa mobilização e a amplitude do movimento de oposição popular, consideramos indispensável a realização de atos, caravanas, vigílias, greves, bem como o recurso a iniciativas populares legislativas, a exemplo do que foram as caminhadas dos trabalhadores sem terra e a apresentação do projeto de lei para a criação do Fundo Nacional de Moradias Populares. A proposta do imposto sobre as grandes fortunas, a do projeto de combate à corrupção e da realização de uma reforma agrária têm potencial para se transformar em emendas com centenas de

milhares de assinaturas. O PT se empenhará na aprovação da lei de Diretrizes e Bases apoiado numa ampla campanha pela escola pública, de qualidade e democrática.

(...)O PT considera que as eleições de 92 também serão um importante momento de disputa com o projeto Collor, já que apoiados numa política de alianças definida pelo partido e na mobilização popular, podemos infligir uma derrota ao governo Collor e a seus aliados locais.

O PT assume, junto à mobilização contra a política de Collor, a defesa da proposta de antecipação do plebiscito sobre regime político, já tramitando no Congresso Nacional. O PT se opõe, radicalmente, a qualquer tentativa de pacto de elites, pois não concordamos, em hipótese alguma, com entendimentos quaisquer que tentam como pressuposto acordos com Collor e a manutenção da atual representação dos Estados no Congresso.

Para o PT, a antecipação de plebiscito sobre sistema de governo, só terá sentido se vier combinada com a luta por reformas democráticas essenciais destacando-se a aprovação de novo sistema eleitoral que seja, de fato e de direito, proporcional e a redefinição das funções da Câmara e do Senado Federal, tendo este último suas funções restritas às federativas.

Repudiamos, igualmente, qualquer casuismo ou iniciativa de características golpistas para a saída da crise.

A proposta do PT adquire legitimidade e se diferencia das demais porque se sustenta na mobilização popular e pressupõe uma nova representação congressual, com eleições gerais antecipadas, assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de uma nova conjuntura e de um real avanço na situação social do país.

Caso, porém, se caracterize jurídica e politicamente, o crime de responsabilidade do Presidente Republica, o PT não hesitará em recorrer ao "impeachment" em defesa da democracia.

O PT deve propor e negociar com o movimento sindical, popular; com os partidos democráticos, progressistas e de esquerda; com as entidades representativas da sociedade civil, um conjunto de reivindicações que nos possibilite transformar a crise do Governo Collor em ponto de apoio para mobilizar o movimento social e viabilizar uma nova alternativa de governo para o país:

- a) Reforma do Estado, incluindo o saneamento, desprivatização e democratização das empresas estatais;
- b) Reforma tributária com forte caráter progressivo e taxaço das grandes fortunas;
- c) Reforma financeira e monetária, combatendo duramente a especulação e a sonegação;
- d) Implantação imediata da reforma agrária e de uma política agrícola que assegure o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade;
- e) Política salarial que assegure a reposição da inflação para os salários e o controle efetivo de preços. Garantia da elevação progressiva do salário mínimo;
- f) Combate à corrupção e fim da impunidade dos crimes do colarinho branco;
- g) Definição de uma política de defesa do emprego e proteção dos trabalhadores desempregados;
- h) Centralização do câmbio, suspensão do pagamento dos serviços da dívida externa e prioridade da política econômica para a estabilidade e retomada dos investimentos públicos;
- i) Combate à recessão - crescimento econômico com distribuição de renda;
- j) Amplas reformas políticas democráticas no sistema eleitoral partidário, representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados redefinição do papel do Senado;
- k) Política educacional que assegure uma escola pública de qualidade, democrática e para todos.

São Bernardo do Campo, 1º de novembro de 1991.

Os trechos principais da emenda aprovada sobre a tática do PT na conjuntura atual.

Um Brasil democrático e popular

I. A gravidade da crise econômica e social exige respostas claras e inequívocas. Não podemos nos calar ante o descalabro e a iniquidade das políticas antidemocráticas e antipopulares do governo Collor. A nação necessita de um conjunto de propostas radicalmente novas e transformadoras que sejam resultado de compromissos com os interesses históricos e imediatos dos trabalhadores e seus aliados.

II. Essas propostas devem se contrapor às políticas do governo Collor que tem imposto pesados sacrifícios ao conjunto da sociedade brasileira, aprofundando a tragédia social, a recessão, o desemprego, o sucateamento da estrutura produtiva, o empobrecimento acelerado da população e o aprofundamento da degradação ambiental. Esta política, chamada neo-liberal, parte do suposto perverso de que é aprofundando a miséria, a recessão, o desemprego, arrojando os salários, reduzindo os gastos públicos, que haverá estabilização da economia e redução da inflação.

O PT afirma que isso não é verdade e o repele com veemência. Não há apenas um caminho para superar a crise econômica e social. Não há apenas o caminho da exclusão social, da marginalização, da concentração de renda e da riqueza, da penalização de milhões de brasileiros inteiramente destituídos de quaisquer direitos. Não queremos a estabilização econômica que leva ao fundo do poço da recessão, ao preço de milhões de trabalhadores desempregados e ao sucateamento do parque produtivo nacional.

(...)IV. O PT tem afirmado com clareza seus compromissos com a construção de um socialismo que seja democrático e libertário. Um socialismo que seja capaz de contemplar as diferenças e a diversidade. Este projeto socialista que queremos e que se expressa como ampliação permanente de direitos sociais e de espaços democráticos passa hoje no Brasil pela reconstrução da economia brasileira e a redistribuição da renda e da riqueza que só serão alcançadas a partir de um conjunto de reformas estruturais profundas e com o estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento que combine o crescimento econômico com distribuição de renda e a preservação do patrimônio genético e do enriquecimento da biodiversidade. O esforço fundamental que tem que ser feito, de produção e distribuição de riquezas, só será legítimo na medida em que for capaz de preservar o meio-ambiente para as presentes e futuras gerações.

As reformas estruturais profundas que queremos garantem a modernidade e a equidade, resgatam milhões de brasileiros da barbárie, da miséria e do embrutecimento, colocam o país em condições de partilhar do desenvolvimento científico e tecnológico em curso.

A modernidade que queremos exige uma série de transformações importantes na estrutura da sociedade brasileira. Passa por uma Reforma do Estado, de forma a desprivatizá-lo, democratizá-lo, tornando-o expressão do interesse público e não o balcão de agenciamento de privilégios que ele tem sido historicamente. Esta Reforma do Estado, necessária e urgente, inclui a reestruturação do sistema tributário, fazendo com que quem ganhe mais pague mais, impedindo a sonegação, tributando as grandes riquezas (Imposto Solidariedade), estimulando os investimentos produtivos e viabilizando políticas sociais fundamentais através do aumento da arrecadação. A Reforma do Estado que queremos inclui a reforma de seu patrimônio. A política Collor para o patrimônio público tem sido a sua doação como forma de pagamento de parte insignificante das dívidas internas e externas. Devemos dizer não a esta política de privatização. Devemos dizer que, no caso de se utilizar o patrimônio público para pagar dívidas, o resgate da dívida social que condena milhões de brasileiros à miséria e à desesperança é prioritário.

Uma alternativa à Reforma Patrimonial do Estado é a transferência gradual e seletiva do patrimônio estatal para o controle da sociedade civil por meio da constituição de um Fundo Social dos Trabalhadores, formado pelo patrimônio



Fernanda Estima

das empresas estatais, pelos recursos do FGTS, PIS-PASEP, Finsocial e contribuições previdenciárias. Este Fundo deve ser gerido autonomamente pelos trabalhadores. Administrado com eficiência poderá honrar os compromissos do Estado brasileiro com a Previdência Social. Este projeto alternativo, que estamos propondo, não esgota as várias dimensões da crise brasileira. (...)

As Reformas Estruturais que estamos propondo e buscaremos realizar são as plataformas para o relançamento do Brasil como país capaz de garantir a democracia e a cidadania plena a todos os brasileiros. Isto se realizará por meio de:

1. Uma política salarial que eleve o salário real e a participação da massa de salários na renda nacional;
2. Políticas agrária, agrícola e de segurança alimentar que garantam a terra, o trabalho, a renda e a cidadania aos trabalhadores do campo e a produção de alimento a preço acessíveis à totalidade da população;
3. Um programa que assegure garantia de renda mínima aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou com rendimentos insignificantes;
4. Políticas públicas de saúde, educação, saneamento, transporte, habitação, entre outras, que garantam a ampliação destes direitos e a melhoria da qualidade desses serviços;
5. Políticas de emprego emergenciais visando minorar os efeitos do aprofundamento da recessão em curso;
6. Políticas de garantia da cidadania para crianças e adolescentes, hoje condenados à violência da fome.

Estas políticas sociais devem estar integradas de forma tal que o centro da política econômica seja a retomada do crescimento com redistribuição de renda e com a recuperação e preservação do meio-ambiente. Isto implica uma nova política industrial e investimentos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Estamos convencidos que a política de estabilização deve estar subordinada a este conjunto de reformas estruturais e à desativação das bombas do endividamento externo e interno. Estamos convencidos que não haverá solução da crise brasileira, do ponto de vista dos trabalhadores, sem uma clara denúncia da Dívida Externa e Interna, sem a busca de inserção soberana do Brasil na nova ordem econômica internacional.

Um programa do PT alternativo à crise jamais nascerá desconectado de ampla mobilização social, capaz de aglutinar vastos setores que sofrem as consequências da política econômica do atual governo e que articule também, via política institucional, o intenso combate ao governo Collor.

Não há como depositar esperanças em arranjos articulados pelas elites. O nosso projeto só prosperará enquanto obra consciente de milhões de brasileiros sedentos de justiça e igualdade.

Os trechos principais do documento aprovado indicativamente pelo 1º Congresso que traça os rumos de uma política econômica alternativa.

Deu lilás no 1º Congresso



Fernanda Estima

Tatau Godinho

A aprovação da proposta de uma cota mínima de 30% de mulheres, obrigatória para a composição das direções do PT, foi sem dúvida o momento mais marcante do 1º Congresso do PT. Qualquer militante, delegado ou observador que chegasse ao Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, durante os quatro primeiros dias do Congresso, se veria imediatamente frente ao desafio de ter uma opinião, e logo se posicionar contra ou a favor da proposta.

E, como um rastilho de pólvora, a cada minuto crescia a força da proposta e o número de adesões.

Trabalhada desde o início de 1991 pela Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT, tomou-se a proposta central do Terceiro Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, realizado em julho, em Belo Horizonte. Já em vários Encontros Estaduais preparatórios ao Congresso a discussão sobre as cotas mobilizou e dividiu os plenários, sendo aprovada no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Paraíba.

Unidade das Mulheres

Para uma discussão que foi pela primeira vez colocada para o conjunto do PT, uma novidade inclusive entre as mulheres, pouco debatida mesmo no movimento feminista no Brasil, o primeiro desafio foi construir a unidade das militantes em torno da proposta. Não foi muito difícil convencer a grande maioria das mulheres da necessidade de uma proposta que incidisse de maneira precisa e imediata sobre sua ausência, e exclusão, das direções do partido. Os números são muito claros e denunciam uma realidade inquestionável de discriminação. O Percentual de mulheres no Diretório Nacional foi de 8,7% em 1981, 6,1% em 1984, 6,2% em 1986, 4,9% em 1987 e 6,1% em 1990.

A emoção e a alegria: de agora por diante, no mínimo 30% da direção partidária terá o rosto das mulheres.

Mas, além disso, era necessário unificar as militantes no combate à resistência à proposta existente no partido e às inúmeras tentativas de desmoralizar a discussão. Os argumentos contra a cota mínima eram os mesmos de sempre: a "questionável" competência das mulheres, o "paternalismo", a "reserva de mercado", "diluição do critério de posições políticas" na composição das direções.

O resultado da discussão e votação demonstrou duas forças inquestionáveis: a garra, mobilização e capacidade de articulação das militantes do PT, essencial para que vários companheiros se posicionassem a favor da proposta; a capacidade do partido de sensibilizar e responder de forma positiva a uma reivindicação que tomou conta das discussões do Congresso.

Quebrando alinhamentos tradicionais

Rompendo os alinhamentos de posições políticas que se desenharam em outras discussões no Congresso, a proposta de cotas ganhou adesões em praticamente todas as correntes e tendências do partido. O abaixo-assinado que circulou no Congresso tinha assinatura de dirigentes nacionais da Democracia Socialista, Articulação, Força Socialista, Convergência Socialista, Vertente Socialista, Nova Esquerda. A exceção foi quem se manteve inflexível ao que se construía já como uma evidência: que o PT não podia fugir do desafio de se comprometer de fato com uma medida que abrisse o espaço de direção às mulheres.

O que muda no PT

A implementação da cota mínima de 30% por duas direções consecutivas, a partir da renovação das direções no próximo ano vão, sem dúvida, alterar de forma radical as direções do PT. A proposta abre a possibilidade de, nos Estados e Municípios, se trabalhar também com a proporção da presença das mulheres nos encontros, caso se avalie ser esta uma relação mais adequada ao acúmulo do partido. No caso da Direção Nacional, cabe exclusivamente a aplicação da cota mínima de 30%. Sua aplicação significará uma renovação real das direções, até mesmo porque o partido, nestes onze anos, confiou muito pouco tarefas dirigentes às mulheres.

Ao mesmo tempo, tende a ampliar a identidade do PT com o feminismo. Passa a ser um desafio para o conjunto do partido a construção de militantes mulheres como dirigentes internas e públicas do partido, obrigando o partido como um todo a se posicionar de maneira mais coletiva contra a discriminação a que as mulheres em cargos públicos e, em especial, na política são alvo.

O Congresso deu o primeiro passo aprovando a proposta. O desafio que se abre agora será a experiência de sua implementação. □

Mulheres na direção

Aqui, o núcleo da proposta que foi aprovada no 1º Congresso de uma cota mínima de mulheres obrigatória na composição das direções do PT a ser implementada em dois mandatos a partir de 1992.

"Na composição das direções municipais, estaduais e nacional do partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT.

Disposição transitória:

Considerando-se a realidade diferenciada do partido, nos diversos níveis, municipal e estadual, as direções partidárias poderão, como alternativa, compor as direções tendo como referência mínima a proporção da presença de mulheres no respectivo Encontro. Neste

caso, a composição da chapa final de delegados ao Encontro de nível superior obedecerá o mesmo critério.

Parágrafo único: esta disposição deverá ser aplicada na eleição das direções em dois mandatos imediatamente subsequentes ao 1º Congresso e ser avaliada."

Juntamente com a proposta, foram aprovadas uma série de medidas que buscam garantir a participação das mulheres na vida partidária e o compromisso do PT com a luta contra a discriminação das mulheres: creches nos Encontros, garantia de formação política para as mulheres, apresentação de propostas anti-discriminatórias através dos parlamentares petistas, combate à discriminação na imprensa partidária, ampliação do debate sobre o feminismo no partido, entre outras.

É preciso vencer a Aids



Américo Bernardes

De várias formas, a Aids começa a entrar nas conversas e debates entre militantes da esquerda ou dos movimentos sociais no Brasil. Entra junto com discussões sobre sexualidade ou mesmo quando temos notícias de companheiros ou companheiras que morreram devido à doença (como foram os casos dos companheiros Zezinho, Eder Sader, Henfil etc). Mas ainda continua sendo um tema sobre o qual pouco se fala, ainda é um tema de corredores e sussurros.

Buscando discutir o problema, entrevistamos Wagner Angelo Wekerlin, médico da Vigilância Epidemiológica de São Paulo.

- Você poderia traçar um pequeno histórico da evolução da Aids?

Wagner - Um panorama da epidemia: começa no início dos anos 80, entre os homossexuais; apareceram depois os usuários de drogas; hoje já há muitas mulheres contaminadas por causa do companheirismo com os usuários de drogas. Estão nascendo muitas crianças com Aids. A gente não sabe quantos soropositivos existem. Há pelo menos 50% de subnotificação - apesar de uma batalha para identificar os casos. Com a distribuição do AZT começam a aparecer casos que não haviam sido notificados, já que a contrapartida para a distribuição é ter os casos notificados. A dimensão do problema é muito maior do que aparenta. A Aids saiu dos grupos de risco, saiu dos países industrializados e é um problema grave no Terceiro Mundo. Você vê a situação na África: de repente, a força de trabalho de alguns países está acabando por causa da Aids. Há países em que a contaminação chega a 30% da população.

- A Aids, então, não pode ser mais associada aos grupos de risco?

Wagner - Hoje, não há mais grupo de risco. Hoje, todo mundo está potencialmente em risco, o vírus já se dissemi-

nou pela sociedade. A Organização Mundial de Saúde estima que hoje 75% das transmissões se dá por contato heterossexual. Você tem áreas mais problemáticas, a população com menor esclarecimento.

O custo de um dia de internação de um doente de Aids é altíssimo, é cem dólares por dia. O serviço público é que está segurando a internação dos pobres. A gente tinha 180 leitos em 89, em São Paulo, e agora temos 80. Isto acontece pelos baixos salários, pela evasão de pessoal, a degradação física dos hospitais etc. Hoje a gente precisa de quinhentos leitos aqui na grande São Paulo. É claro que a prevenção é importante, mas e estes casos que já existem? O povo morre nos Pronto Socorros à mingua. O Ministério da Saúde não reconhece a Aids como doença. Não tem uma forma do ministério pagar uma internação de Aids. Não tem AIH (autorização para internação hospitalar), que todas as doenças têm, que é um cálculo do custo de uma internação. Não existe uma internação de Aids. O cara tem quatro patologias e o hospital privado ou conveniado vai ter que escolher uma destas doenças. E que não vai cobrir o custo da internação. Ninguém interna Aids e vai tudo para o serviço público. E você pode internar em vários estágios da doença. Pode internar quando aparece uma doença e o cara volta para casa, depois volta de novo e assim por diante. Algumas patologias podem ser tratadas sob a forma de hospital-dia (o cara fica internado apenas durante o dia).

- Qual o efeito do AZT?

Wagner - A medida que a imunidade vai caindo vão aparecendo as doenças oportunistas (infecções de vários tipos, nos pulmões, cérebro, intestinos etc). O vírus vai minando o sistema imunológico. O tratamento com AZT visa impedir a degradação do sistema imunológico. O AZT bloqueia uma enzima que ativa a multiplicação do vírus, ele não ataca o vírus. Mas isto só pode ser feito durante um período curto. O AZT tem uma série de contraindicações. Tem efeitos colaterais gravíssimos e tem que ter um acompanhamento médico rigoroso. O AZT dá imunodepressão. Pode ser usado por uns seis meses, mas depois tem que parar. Ele tem no decorrer do tratamento um efeito semelhante ao vírus. Ele ataca a medula óssea, que produz leucócitos etc.

O vírus da Aids já se disseminou pela sociedade. Hoje 75% das transmissões ocorrem por contato heterossexual.

Onde os homossexuais e usuários de drogas se organizam, a expansão da Aids está sendo controlada.

- Então, quando o vírus se manifesta o aidético está perdido?

Wagner - Isto depende de cada um. Da patologia e do indivíduo. A média de sobrevivência é de dois anos depois da primeira manifestação.

- Qual é a estimativa hoje de pessoas com Aids?

Wagner - São 14 mil casos notificados em São Paulo e 20 mil no Brasil. Levando em conta a subnotificação, a gente avalia que existem uns 40 mil casos de pessoas soropositivas, que já fizeram exames e sabem que tem Aids. O Ministério da Saúde avalia que há hoje um milhão de infectados. O período de incubação é de 7 a 8 anos. Com isto você vai ter um crescimento cada vez maior do número de aparecimento de casos da doença.

- Como é o processo de infecção e aparecimento da doença?

Wagner - O cara entrou em contato com o vírus (seja por relação sexual, transfusão de sangue, uso de seringas contaminadas etc). Há um primeiro período de latência em que um teste não consegue detectar o vírus. O teste não detecta o vírus, mas sim os anticorpos que o organismo formou para atacar o vírus. Então, desde o primeiro momento em que o cara pegou o vírus até que inicie uma reação do organismo não há anticorpos e por isto o teste não detecta o vírus. O organismo está latente. Isto dura uns três meses. Depois há a formação de anticorpos, mas o vírus está latente. Agora o teste já detectaria o vírus. Não está atacando o sistema imunológico. Isto pode durar anos (até dez anos). Não há qualquer aparência de que está infectado. Aí ele pode transmitir o vírus sem que se saiba.

- Neste caso, é recomendável que as pessoas façam teste para ver se estão com Aids?

Wagner - Isto não pode ser uma política de saúde pública. Começa que é economicamente inviável. Se você quer fazer o teste, deve fazer. Mas isto é uma posição individual, não deve ser encarado como uma política de saúde pública. Se você tem uma suspeita de ter tido contato, é bom procurar centros de testagem. Aqui em São Paulo, há um centro de testagem gratuito e anônimo (se alguém quiser informações pode usar o Disque-AIDS: (011)280.07.70). Do ponto de vista de saúde pública é recomendável que as pessoas saibam os mecanismos de transmissão. Que façam sexo-seguro, que não compartilhem seringas. Hoje todo mundo pode estar potencialmente com o vírus.

- O que seria hoje uma política de saúde pública?

Wagner - Em primeiro lugar o Estado deve controlar o sangue. O sangue é monopólio do Estado. Mas há iniciativas no congresso para derrubar isto. A iniciativa privada não pode vender sangue, comercializar sangue. Segundo: assistência médica às pessoas que estão doentes, prestação de serviços, equipes adequadas, atendimento completo para os doentes. Não é dar meia dúzia de comprimidos para os doentes. Tem uma diferença entre tratar um doente de tuberculose comum e um doente que tem tuberculose por

causa de Aids. O que o doente quer do médico é diferente. O Ministério tem que reconhecer que a Aids é uma doença e que é cara e que a iniciativa privada tem que internar estes doentes e ser remunerada adequadamente. Além disso, entram as campanhas de esclarecimento e prevenção. Tudo isto é função do Estado.

Mas há o outro lado. É necessário uma articulação na sociedade. Na verdade, não tem ninguém cobrando nada do Estado. Até hoje não vi nenhuma briga para que o Estado reconheça a Aids como doença, que tenha AIH para Aids. Por mais que se discuta que a AIH é um instrumento de corrupção, o que é certo, se não tiver AIH você não interna o doente. Não tem como a iniciativa privada internar o doente e não tem como o doente pagar uma internação de Aids.

- Como é a atuação destes grupos não-governamentais?

Wagner - A ação destes grupos se dá junto com o Estado em vários níveis. Mas não há organização da sociedade. Faz um evento no dia primeiro de dezembro, mas no dia a dia a ação é basicamente de ajudar as pessoas. De acolher as pessoas que são discriminadas. Aqueles que não têm comida, que não tem quem cuide deles. Tem também ações de prevenção, de esclarecimento.

- Uma das objeções que se faz às pessoas fazerem o teste, é a de que se há a confirmação da doença, a pessoa fica deprimida e aí a coisa piora. Como é que você vê isto?

Wagner - Isto aí é verdade. A situação daqueles que sabem que têm Aids é muito grave. Hoje em dia, quem tem coragem de dizer que tem Aids? Quando dizem é uma coisa muito violenta, as pessoas não sabem como reagir, como segurar um doente de Aids. Os doentes sentem-se desamparados, não têm para onde ir, ficam se escondendo, definhando e morrendo escondidos dentro de suas casas. Os aidéticos não têm lugares onde se encontrar, não há bares de aidéticos, clubes onde eles possam se encontrar. São pessoas que internalizaram a diferença e não têm para onde ir. Na Europa e nos Estados Unidos há este tipo de organização. Mas isto resulta da organização de homossexuais, de usuários de drogas etc que já existiam antes.

No Brasil, hoje a organização social é quase inexistente. O único jornal homossexual, o **Lampião**, acabou. Por conta de ter começado nos homossexuais e usuários de drogas na Europa e nos Estados Unidos é que estes grupos se organizaram e seguraram a onda. Há assistência médica e social, terapias alternativas. Em países como a Holanda, onde há uma grande quantidade de usuários de drogas, está diminuindo o aparecimento de novos casos. Há uma organização de usuários de drogas, que já tinham esquemas de troca de seringas, que começou para evitar a transmissão de hepatite. Entre os homossexuais de San Francisco (EUA) quase não há surgimento de novos casos. Mas onde não havia organização social (Espanha, Itália) continua a haver um aumento do surgimento de novos casos. □

Contaminação e cuidados

A Aids é transmitida por contato com sangue, espermatozoides e/ou secreções vaginais de uma pessoa contaminada. Só nestes três casos se comprovou a contaminação. Em outros líquidos (saliva, lágrimas, suor, urina) o vírus também está presente, mas em quantidade tão pequena que não há registro de contágio. A contaminação só se dá se o líquido contaminado penetra no organismo sadio. Para que isto ocorra, devem se cumprir duas condições: o vírus tem que estar em quantidade suficiente no líquido contaminante e o vírus tem que encontrar uma porta de entrada no organismo sadio, normalmente uma ferida (mesmo pequena) em mucosas (parte de dentro) da boca, vagina, ânus ou mesmo na pele.

As formas mais comuns de contágio são: sexo anal, vaginal, contato com espermatozoides, transfusão de sangue não testado, uso de seringas não esterilizadas, contágio no útero ou na amamentação. Pode haver contágio em sexo oral ativo ou passivo, beijo prolongado (quando há alguma lesão na boca), uso de instrumentos cirúrgicos não esterilizados (dentistas, manicures, barbeadores etc), contato com sangue menstrual. Não há registro de

contágio através do ar, água de piscina, vapor de saunas, banheiras, bancos de ônibus, maçanetas, privadas, vários contatos físicos (carinhos, abraços), uso de talheres, roupas de cama, dinheiro, picadas de mosquitos.

Os desinfetantes caseiros com cloro (tipo água sanitária) são eficazes para destruir o vírus e o cloro existente na água potável também destrói o vírus. Em locais públicos ou mesmo em casa basta manter os preceitos básicos de higiene que já devem (ou deveriam) estar sendo usados. Os cuidados básicos para evitar contaminação são as práticas sexuais seguras (carícias, masturbação mútua, uso de camisinhas nas penetrações vaginais e anais; alguns recomendam mesmo no sexo oral), uso de seringas descartáveis e não compartilhamento de seringas entre usuários de drogas, cuidados com as transfusões de sangue, assegurando-se a origem e testagem etc.

Não se trata de renunciar ao prazer, mas sim de manter e garantir prazeres com um sentido claro de responsabilidade.

A economia política da corrupção



A bancarrota do Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI) representou a maior quebra bancária da história. De acordo com as estimativas divulgadas pelo jornal alemão *Die Zeit* de 2 de agosto de 1991, as perdas se elevariam a vinte bilhões de dólares.

A fraude, a cumplicidade das autoridades, o controle público incompetente e negligente, a corrupção em grande escala: todos estes elementos presentes na quebra do BCCI resumem algumas características essenciais do capitalismo contemporâneo.

Conhecido e apresentado nos meios financeiros internacionais, como o "Banco do Terceiro Mundo", (sic) o BCCI que conseguiu carta patente para se instalar no Brasil em 1987. Envolveu em sua trama de corrupção funcionários do 1º escalão do governo Sarney como o embaixador do Brasil nos EUA, Sérgio Correa da Costa e o ex-ministro da Fazenda Ernane Galveas.

Ernest Mandel

Há meio século, a economia capitalista internacional vive em um clima de inflação permanente. Trata-se essencialmente de uma inflação de créditos bancários. A economia capitalista, após a Segunda Guerra Mundial, caminhou para a expansão num oceano de dívidas. Apenas a dívida (dos países, das empresas e dos negócios) contratada em dólares atinge hoje a soma astronômica de dez trilhões de dólares. A esta dívida, juntam-se aquelas contratadas em outras divisas.

A partir de meados dos anos 70, esse endividamento

disparou. O primeiro choque do petróleo fez afluir enormes capitais de dinheiro aos bancos ocidentais (os famosos petrodólares). A recessão generalizada de 1973-74 teve como consequência que, a demanda de créditos com o fim de investimentos produtivos por parte das empresas, não seguiu a oferta de créditos bancários e houve, então, um desvio crescente desses créditos para objetivos especulativos: especulações sobre o curso das taxas de câmbio, sobre a bolsa, sobre os bens imóveis; ofertas públicas de compra de grandes firmas com fins puramente financeiros, às vezes seguido de seu desmantelamento (*assets stripping*).

Um dado resume a amplitude dessa onda especulativa: a cada dia útil, os capitais engajados nas operações de câmbio nas principais praças financeiras igualam o valor anual do comércio mundial.

Nestas condições, os grandes bancos jogaram literalmente crédito nas mãos dos governos do Terceiro Mundo, dos países do Leste, de tubarões financeiros, do tipo Milken, Trump, Icahn, Boone, Pickens, Bond, De Benedetti. Foi a era dos *Yuppies* do "enriquecei-nos não importa como e não importa a que preço (para os outros)". Jogadores, especuladores, aventureiros, enganadores, eram os heróis do dia.

O aspecto anedótico do fenômeno recobre uma realidade social mais profunda. Em uma série de países capitalistas, antes de tudo, países anglo-saxões (mas não somente estes), o setor essencialmente financeiro do grande capital abocanhou o melhor do setor "produtivo", no qual evidentemente há que incluir as telecomunicações e os transportes, como também uma boa parte do setor de serviços, mais além das operações financeiras e comerciais. Esta avaliação reflete-se na parte crescente da mais valia global que é apropriada na forma de juros com relação àquela que cabe aos dividendos (distribuídos ou não) das empresas não financeiras.

Alguns concluíram daí um processo de desindustrializa-

Em uma série de países capitalistas, o setor essencialmente financeiro abocanhou o melhor do setor produtivo.

ção durável de países como os EUA e a Inglaterra. Ainda que este diagnóstico exagere um pouco, o certo é que o início da tendência é incontestável.

Imediatamente após as grandes quebras bancárias que marcaram a crise dos anos trinta, vários países europeus introduziram um sistema de controle bancário muito rígido que se verificou eficaz. Países como a França ou a Bélgica não conheceram depois nenhuma falência bancária maior. No entanto, não é o mesmo caso da Itália (falência do Banco Ambrosiana) e da Alemanha (falência do Banco Herstatt). Nos EUA, preferiu-se um sistema de garantias dos poderes públicos contra a falência das instituições de crédito.

Quando estas falências, no entanto, atingem certo teto o preço do "saneamento" torna-se exorbitante e traduz-se por um agravamento da inflação se ele se efetua por um crescimento do déficit orçamentário e, por consequência, da dívida pública. Assim, a falência das Caixas Econômicas dos EUA custou ao Tesouro, de imediato, 150 bilhões de dólares, incluídos os juros. E daqui até o fim dos anos 90, custará perto de um trilhão de dólares.

Sistema frágil

Mas a solidez relativa do sistema bancário internacional foi sendo progressivamente minada durante os últimos anos.

De início, uma parte dos créditos acumulados pelos grandes bancos revelaram-se "podres", quer dizer, com risco de não serem pagos nunca. A atenção pública a este respeito está, sobretudo, concentrada nas dívidas do chamado "Terceiro Mundo". Mas nos EUA, numerosas empresas petrolíferas e imobiliárias tornaram-se insolventes. No curso da atual recessão, o banco britânico Barclay's considera que perde 10 milhões de francos por dia pela existência de créditos de pequenas e médias empresas em falência. O venerável Lloyd's parece à beira da falência.

No clima geral de desconfiança (e prejuízos) em relação às regulamentações e intervenções do Estado, estimulados pelos governos Thatcher e Reagan, tornou-se moda os bancos reclamarem da desregulamentação do setor financeiro. Mas a tentativa tímida de impor uma ligeira elevação da relação entre capitais próprios e passivo total dos bancos provocou uma campanha de oposição viva por parte dos bancos. As consequências da desregulamentação progressiva são inevitavelmente escândalos do tipo BCCI.

Porém, a fragilidade progressiva do sistema bancário internacional corresponde antes de tudo a uma transformação estrutural do sistema financeiro: sua internacionalização e sua globalização crescentes. Esta nada mais é do que a tradução no domínio financeiro do traço fundamental, do "capitalismo tardio": a internacionalização das forças produtivas e do capital, a elevação das empresas multinacionais à condição de forma principal de organização do grande capital.

No domínio financeiro, essa tendência foi estimulada pela revolução da informática, a possibilidade de transferir, literalmente no espaço de alguns segundos, bilhões de dólares de um canto do globo ao outro. A amplitude de "capitais flutuantes" que escapam a todo recenseamento e, então, a toda possibilidade de controle, é estimada em um trilhão de dólares. Mas não se conhece a cifra real. E o que não se conhece, não pode ser controlado.

Para poder regulamentar, com alguma eficácia, o sistema financeiro seria necessário um poder de Estado que tivesse uma ascendência sobre ele. Na época do capitalismo do "laissez-faire", depois da primeira fase do capitalismo dos monopólios, o Estado-Nação podia, sob certas condições políticas preencher mais ou menos eficazmente essa função indispensável ao bom funcionamento da economia capitalista e da sociedade burguesa.

Balzac e Marcincus

Mas na época do "capitalismo tardio", o Estado se torna cada vez menos capaz de fazê-lo. O único Estado com peso real sobre as multinacionais seria um Estado burguês mundial. Este Estado não existe e não existirá jamais, tendo em vista a realidade da propriedade privada e da concorrência na economia capitalista.

A fronteira entre os negócios "legítimos" e "ilegítimos" nunca foi muito clara no reino do capital. Já Balzac escreveu que "atrás de cada grande fortuna esconde-se um grande crime". A história econômica confirma plenamente este juízo severo.

Há aliás, uma boa dose de hipocrisia por detrás desta

distinção. O dinheiro da droga que resulta do envenenamento de milhões de seres humanos, é certamente um dinheiro "sujo". Porém, a mais valia que vem do trabalho das crianças no Terceiro Mundo, do salário de fome da superexploração dos camponeses pobres, dos ritmos infernais nas grandes fábricas do Ocidente e Japão, será "limpa"? Sem falar das fortunas nascidas de tráfico de negros, da pilhagem dos países da América pelos conquistadores, da pilhagem da Índia e Indonésia, da corrida armamentista que resultou em duas guerras mundiais.

Contudo, é certo que o clima de hiper-liquidez e de explosão do endividamento que conduziu à desregulamentação de fato dos movimentos de capital-dinheiro, modificou progressivamente as fronteiras entre o que é "legal" ou não no mundo dos negócios. A tentativa universal da burguesia para reduzir o peso dos impostos, praticando a evasão e fraude em grande escala, contribuiu poderosamente para isso.

Nestas condições, assiste-se a uma criminalização progressiva da sociedade burguesa em seu conjunto. As fortunas da máfia tornaram-se colossais. Um mafioso americano notório já é classificado entre as dez famílias mais ricas do mundo. Em uma série de países, os magnatas da droga jogam um papel chave na economia e asseguram uma fração maior das exportações. O caso do Monsenhor Marcinkus, cardeal do Vaticano, acusado de ter ajudado à máfia a vender falsos títulos americanos é um símbolo dessa evolução.

A lavagem do dinheiro "sujo" torna-se de fato uma preocupação maior dos criminosos riquíssimos que procuram cruzar a fronteira, no sentido inverso, amparando-se em setores de atividades "legítimas". Tendo em vista o montante dos capitais de que dispõem, sua capacidade de corrupção quase ilimitada, essa "lavagem" torna-se uma atividade cada vez mais extensiva a vários bancos de grande porte. O BCCI foi pego com a mão na botija em uma operação desta natureza já em 1988. Isto, no entanto, apenas incitou os poderes públicos a multá-lo. Seus dirigentes respondem hoje com cinismo: "Nos puniram pelo que todo mundo faz".

Tráfico de armas

Ao lado da internacionalização das forças produtivas e da inflação permanente, a corrida armamentista ininterrupta, e por consequência, o peso importante do setor militar-industrial constitui o outro traço central do "capitalismo tardio". O tráfico de armas e as operações do serviço secreto representam um papel que não pode ser negligenciado.

Muitas operações de serviço secreto violam as leis e até a Constituição de vários países. Elas operam neste submundo onde traficantes de armas, espões, terroristas, assassinos, industriais e comerciantes clandestinos se acotovelam e coexistem.

O BCCI é acusado de ter servido de intermediário e, inclusive, de ajudar a financiar paralelamente certas operações de Abou Nidal, o Irangate do Coronel North, o financiamento dos contras pela CIA - com a ajuda dos serviços israelenses - e a guerra civil no Afeganistão. Entre as "personalidades" engajadas nestas operações, encontra-se o antigo secretário de Estado americano de defesa, Clifford, e o chefe dos serviços secretos da Arábia Saudita.

O BCCI era, sem dúvida, desde sua fundação uma empresa fraudulenta. Foi criado em 1972 por um banqueiro paquistanês, Hasan Habedi que queria escapar à nacionalização dos bancos no Paquistão, decidido pelo regime Bhutto. Esse banco não teve nenhum dividendo em suas operações normais durante toda a sua existência.

Além de suas operações de lavagem do dinheiro da cocaína, sua atividade fraudulenta principal consistia em conceder "empréstimos" a magnatas do Oriente Médio, fundadas em título sem nenhum valor.

Tratavam-se de doações pura e simples. Estas doações efetuavam-se com o dinheiro retirado de dezenas de milhares de pequenos e médios poupadores do Paquistão, Grã Bretanha, África (sobretudo a Nigéria), Hong-Kong e Oriente-Médio. Parece que 50% dos depósitos vinham dos países da África. O sistema funcionava com a ajuda de uma reserva especial de um "banco no interior de um banco", que escapava a toda a contabilidade oficial e registrada.

Paralelamente, no Japão, as principais casas de corretoras da Bolsa - as maiores do mundo - indenizavam alguns clientes privilegiados (grandes empresas e "peixes gordos" da política) das perdas sofridas em consequência da queda

A amplitude de capitais "flutuantes" que escapa a todo controle é estimada em um trilhão de dólares.

dos preços das ações. Os beneficiados dessa "maracutaia" foram poucos. Citam-se como nomes principais, com empréstimos que vão de 100 a mais de 300 milhões de dólares:

-o Sheike Kamal dham, antigo chefe dos serviços secretos sauditas;

-o fundador do banco, Abedi e seu protegido paquistanês, Naqui;

- o financista saudita, Ghait Pharaon;

- o grupo marítimo do Golfo, controlado pelos irmãos paquistaneses Gokal;

- membros do governo e da família reinante Abou Dhabi;

- as famílias Khalil, Bin Mahfous, Ibraim e Hammound;

No total, a "maracutaia" envolveria mais de dois bilhões de dólares.

Porque esse grande número de pequenos e médios poupadores, colocaram suas economias neste banco classificado pelo semanário **Business Week** como o 182º banco mundial, antes da quebra? O primeiro ministro britânico, John Major, deu uma explicação simplista, até mesmo cínica: O BCCI oferecia taxas de juros ligeiramente superiores à média para os depósitos. Se o atrativo de um rendimento ligeiramente superior pode explicar algumas coisas, na realidade o afluxo de depósitos para o BCCI provinha sobretudo porque parecia contornar dois tabus: os empréstimos a juros interditados pelo Alcorão; na Grã Bretanha, a discriminação de empréstimos aos pequenos e médios empresários da Índia, praticada pelos quatro grandes bancos britânicos, de inspiração nitidamente racista.

Acumulação primitiva

Aqui se toca em um outro aspecto objetivo do escândalo.

A fraude aplicada pelo BCCI apoiava-se em um procedimento clássico dos trapaceiros: apropriava-se dos depósitos dos clientes A,B,C, que eram reembolsados com os depósitos dos clientes D,E,F e assim por diante. Um tal sistema pode funcionar enquanto houver novos depósitos e muitos depositantes não retirarem seu dinheiro do banco. Quando o afluxo de dinheiro pára, são os últimos depositantes os prejudicados.

Após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1987, após a quebra da bolsa de Tóquio em 1990, após o início do "desengorduramento" do sistema financeiro japonês, após o inchaço da dívida pública dos EUA, após o enorme custo da restauração do capitalismo na antiga República Democrática Alemã pelo capital alemão ocidental, o clima de facilidade e de hiper-liquidez financeiras cedeu lugar a uma restrição progressiva do crédito. Nessas condições, os pequenos depositantes são os que sofrem mais.

O BCCI foi chamado desde o início de "banco do Terceiro Mundo". Nesse sentido, foi apresentado não somente à Grã-Bretanha e ao Paquistão, mas a uma série de países da África e da América Latina, incentivando até governos a depositar em seus cofres suas magras reservas de câmbio. O episódio terminou com um revés com tantos outros episódios análogos no processo de acumulação primitiva do capital na Europa e nos Estados Unidos no passado. Que a fraude pura e simples tenha tido um papel determinante para o insucesso não há nada de surpreendente para qualquer um que conheça a história do capitalismo.

Pilhar as finanças públicas e os pequenos poupadores para construir grandes fortunas particulares foi durante todo o tempo um dos mecanismos preferidos da acumulação primitiva. Os Trujillo, os Somoza, os Marcos, os Mombutu, fizeram o mesmo sem precisar de um grande banco internacional para eles - o BCCI os ajudou, aliás, nesse propósito.

Cães de guarda

Não é necessário, então, que se faça concessão à falsa e hipócrita ideologia "terceiro-mundista" da burguesia do Terceiro Mundo, nem à ideologia imperialista anti-terceiro mundista. O que o escândalo do BCCI confirma, é que essa burguesia explora os sentimentos anti-imperialistas de seus povos a fim de roubá-los para seu próprio enriquecimento, colocando o fruto deste roubo em boa parte nos países imperialistas. Com esse fim, ela combina operações de corrupção com operações de relações públicas (Al Capone já fazia o mesmo em Chicago, em Medellín ou na Bolívia). Oferecendo dinheiro para boas obras com fins filantrópicos, os dirigentes do BCCI neutralizaram até chefes de Estado como Jimmy Carter, e chefes de governo como Callaghan.

Ao lado dessas convivências com a corrupção direta, a concorrência inter imperialista e a "razão de Estado" têm um

papel. É praticamente impossível desenredar esta trama.

Para parafarasear a célebre frase de uma obra de Conan Doyle, a questão se coloca: porque os cães de guarda público do sistema bancário não ladraram a tempo?

Eles foram informados em Londres, em Washington e também em Abom Dhabi, e em Karachi. Já em 1978, o jornal britânico **Financial Times** fez referência a um relatório americano acentuando o caráter duvidoso do BCCI.

O Banco da Inglaterra recusou em 1980 a autorizar o BCCI a ter um estatuto preferencial (**Top rank status**) na Grã-Bretanha. Mas nem o Banco da Inglaterra, nem o Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos) não intervieram para por fim aos danos. Quanto ao envolvimento imediato do Heikh Zayed e do ditador paquistanês, eles não só deixaram fazer como também acobertaram a fraude.

O imperialismo britânico perdeu suas posições privilegiadas no Oriente-Médio, conquistadas e consolidadas após a Primeira Guerra Mundial e isto em proveito do imperialismo americano; mas ele conserva um trunfo nos emirados do Golfo. O BCCI era o "Banco do Golfo". Era necessário fechar os olhos para salvaguardar bilhões em exportações de mercadorias e capitais.

Paralelamente, para o imperialismo americano o Paquistão é uma região de enormes interesses financeiros e político militares no Leste da Ásia. Apoiar a ditadura militar paquistanesa é um imperativo constante da política de Washington há vários decênios. Ora, o BCCI estava estreitamente ligado à classe dominante paquistanesa. Ai esta a razão da tolerância americana.

Nada surpreendente que o jornal britânico **The Economist** tenha resumido o escândalo nesses termos severos: "nos negócios entraram espíes, terroristas, assassinos e incendiários. Ministros e funcionários do plano mais elevado poderiam perder seus postos em praticamente todos os países envolvidos.

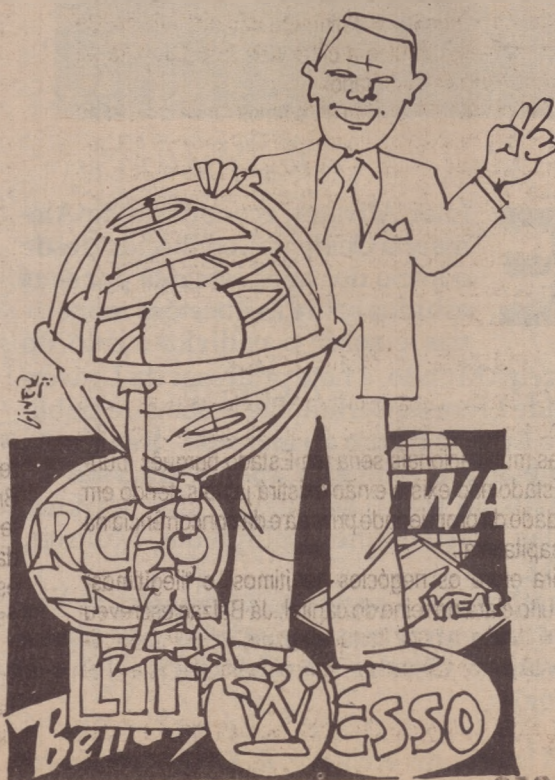
Não é necessário deduzir daí que eles são poderosos e podem manipular todo o mundo porque podem corromper todo o mundo. Não se pode corromper milhares de assalariados.

No BCCI, a maioria do pessoal de nível superior e médio estava corrompida, mas a massa de empregados bancários não.

O deputado trabalhista de esquerda, Tonny Benn, recebeu um grande número de cartas de vários empregados chamando a atenção para as práticas do BCCI. Eles as transmitiu aos ministros competentes. Estes não agiram.

Quando o conjunto do pessoal dos bancos tiver conquistado o poder de controle real, democrático, público e propositivo sobre todas as atividades financeiras, a corrupção não desaparecerá talvez completamente, mas ela será reduzida a uma dimensão em nenhuma medida comparável àquela que existe hoje no Ocidente e no Oriente. □

Tradução de Cecília Soares Correia.



Assiste-se a uma criminalização progressiva da sociedade burguesa em seu conjunto. As fortunas da máfia tornaram-se colossais.

O mercado e as sombras



Na ex-Alemanha Oriental, só cerca de 70% da indústria poderá ser conservada. Cerca de 4,5 milhões de pessoas perderam o emprego.

Elmar Altvater, economista da Alemanha Ocidental, conhecido desde o início dos anos sessenta por seus estudos sobre as questões monetárias e sobre o endividamento do Terceiro Mundo, é hoje professor da Universidade Livre de Berlim. Ele acabou de publicar o livro *O futuro do mercado - Regulação monetária e ecológica após o fracasso do socialismo real* (Die Zukunft des Marktes, Verlag Westfälisches Dampfboot, Munster, 1991).

Publicamos a seguir os principais trechos de duas entrevistas concedidas por Elmar Altvater a Charles - André Udry e Johann Schogler.

- A falência das economias da Europa do Leste faz com que o capitalismo apareça sob uma luz muito

positiva. Como você avalia a crise econômica atual no Ocidente? Trata-se de uma crise passageira que será bem cedo superada ou de uma crise profunda? Será que a possibilidade da abertura de novos mercados no Leste alavancará uma nova fase de expansão capitalista?

Elmar Altvater - Em primeiro lugar, devemos levar em conta que o capitalismo não existe senão como um sistema mundial. Se examinarmos as diferentes regiões deste mercado mundial, não poderemos afirmar que as economias de mercado capitalistas tiveram mais êxito no mundo inteiro do que as economias planificadas da Europa do Leste. Muitos países do mundo, talvez continentes inteiros, foram pilhados e humilhados por esta economia de mercado a um tal ponto que se encontram em crise ao menos tão profunda como a crise dos países do "socialismo realmente existente".

Em segundo lugar, os países da Europa do Leste não representam seguramente um mercado para os países capitalistas desenvolvidos, pelo menos por um período, pois isto pode mudar. Para se constituir um mercado é necessário poder de compra e é isto justamente o que falta nas sociedades da Europa do Leste. Naturalmente, muitas empresas vão investir lá, haverá algumas *joint-ventures* (empreendimentos constituídos pela associação entre capital externo e o capital interno destes países); mas isto será apenas uma gota no oceano. O poder de compra é o ponto vulnerável e as tendências à pauperização prosseguirão também nos países de Leste. Esta situação terá por consequência que eles serão obrigados a defender as conquistas das revoluções de 1989, contra as pressões do mercado mundial capitalista. Mas se a democratização não é acompanhada de uma melhoria das condições de vida, então, penso que a própria democratização estará comprometida. Hoje, festejam-se com certeza a vitória do mercado e da democracia, mas poderá bem cedo se evidenciar, não somente através da guerra do Golfo mas também na Europa do Leste, que este desenvolvimento não conduziu a uma vitória definitiva da democracia e do mercado.

- Como você avalia em contrapartida a situação econômica do capitalismo ocidental?

Elmar Altvater - Digamos que a situação econômica no Ocidente é instável. Graças a guerra do Golfo, uma parte das manifestações da recessão e da crise econômica foram mascaradas. A guerra desencadeou alguma coisa como um imenso *boom* keynesiano, uma enorme injeção de recursos na economia.

Momentaneamente, algumas coisas ficaram mascaradas pela guerra, mas esta situação é muito provisória. Sobre tudo, o sistema financeiro está em um tal estado que pode provocar qualquer um destes dias uma crise de grandes dimensões. Pois não se trata somente da dívida dos países do Terceiro Mundo, que se situa ainda por volta de 1,3 trilhões de dólares e que não pode ser paga. O maior devedor é atualmente os estados Unidos, com uma dívida externa de mais de 600 bilhões de dólares e de uma dívida interna que vai alcançar os dez trilhões de dólares. Dívidas que, de fato, são impossíveis de serem pagas. E se elas não são pagas, muitos credores deverão renunciar a parte de seus ativos e anulá-los, já que para eles os créditos fazem parte dos ativos. Isto significa perdas elevadas.

Eu me arrisco a colocar em dúvida que todos credores estejam em situação de suportar estas perdas. Por consequência, as falências e seus efeitos no processo de produção, fechamento de empresas, desemprego, não podem ser de forma alguma descartados, sobretudo à medida em que este *boom* de guerra, a curto prazo, cair e a recessão efetiva chegar com toda a sua violência.

- Poderia imaginar a possibilidade que a Europa do Leste se endivide tanto quanto o Terceiro Mundo?

Elmar Altvater - Este fenômeno já se produziu na Polônia

e na Hungria, países nos quais o endividamento é tão elevado quanto o dos países do Tercerco Mundo. A dívida polonesa, por exemplo, eleva-se a 47 bilhões de dólares.

- A URSS, que representa o maior mercado do Leste, tem hoje uma dívida perante o Ocidente de cerca de 60 bilhões de dólares. Não há possibilidade de precipitar a URSS em um endividamento ainda mais importante, com o objetivo de ampliar o mercado e de exercer ao mesmo tempo uma pressão em favor da introdução do capitalismo?

Elmar Altvater - Penso que isto não funcionaria. Aliás, não recomendaria à URSS se engajar nesta via. Espero que na URSS seja estudada a situação na qual se encontram os países do Terceiro Mundo, no sentido de evitar esta solução.

Mas é necessário também considerar os interesses dos credores. Reunir rapidamente 300 bilhões de dólares, ou uma soma deste gênero, não é algo simples mesmo para os bancos ocidentais. Eles só concederão novos créditos em troca de garantias. Mas quais garantias pode a URSS oferecer? Naturalmente, suas grandes reservas de matérias primas podem ser consideradas como garantias de créditos. Mas a consequência seria o subdesenvolvimento e aceleraria rapidamente a dissolução da URSS, pois as regiões que dispõem de matérias primas não teriam interesse algum em pagar as dívidas das regiões pobres em matérias primas. Se os recursos naturais fossem oferecidos em garantia de créditos, seria o fim da União Soviética. Mas não há outras garantias possíveis.

É por causa disso que não haverá crescimento do endividamento da URSS nem crescimento significativo dos créditos oferecidos pelo Ocidente. Os estudos sobre a situação econômica da URSS, elaborados pela OCDE, ou CEE, Banco Europeu de Desenvolvimento ou pelo Banco Mundial, chegam todos à mesma conclusão: não é o caso de conceder novos créditos à União Soviética, pois as perspectivas são sombrias e as garantias inexistem.

- De uma economia planificada, os países do Leste procuram passar a uma economia de mercado. Uma experiência bastante particular ocorre hoje na Alemanha, pois esta passagem se produz no seio do mesmo país. Qual é a situação atual dos cinco novos estados, há um ano da introdução do marco como moeda oficial? Os objetivos foram atingidos?

Elmar Altvater - Não completamente. Na ex-RDA, a separação em relação ao bloco do Leste, no qual predominava uma rígida divisão internacional do trabalho, implicou a desarticulação do mercado internacional pela impossibilidade de utilizar os antigos canais comerciais. Hoje, na ex-RDA, só cerca de 10% da indústria poderá ser conservada, na medida em que ela não é competitiva nos mercados ocidentais. Isto significa uma desindustrialização de 90% da capacidade produtiva e uma elevadíssima taxa de desemprego. A cifra ultrapassa já o milhão de desempregados parciais. E o processo não terminou. Cerca de 350 mil pessoas emigraram para o Ocidente neste último período e várias centenas de milhares são trabalhadores "pendulares" (trabalham no Ocidente, habitam no Leste). Grande número de assalariados foram precocemente aposentados e um número considerável de mulheres foram eliminadas do mercado de trabalho. Globalmente, pode-se avaliar em 4,5 milhões o número de pessoas que perderam o emprego. Esta situação é economicamente um fracasso social e politicamente uma catástrofe.

- Está sendo então implantado na Alemanha uma forma de capitalismo mais selvagem?

Elmar Altvater - A economia da Alemanha Ocidental é capaz de fazer frente aos custos da unificação. Em um ano, ela transferiu para a ex-RDA cerca de 150 bilhões de marcos. Isto corresponde ao valor das mercadorias que a ex-RDA importou e que imediatamente refluíram para o lado ocidental. Trata-se na realidade de nada mais que um grandioso programa Keynesiano de apoio à demanda interna.

A economia da Alemanha Ocidental é bastante forte mas vulnerável. Disto decorre que as instituições do "Estado social", de regulamentação do mercado não podem ser mais mantidos na mesma situação de até agora.

Pode-se observar que a emigração dos novos Estados

integrados para os antigos (a ex-RFA) tem efeitos sobre o mercado de trabalho no Ocidente. Consta-se já uma tendência à diminuição dos salários (em função do peso do desemprego). Neste processo, o papel dos sindicatos também se altera. Em relação à situação de dois anos atrás, as organizações sindicais têm grandes dificuldades em levar adiante uma estratégia de diminuição das horas de trabalho, porque o que conta, antes de tudo, é encontrar novos postos de trabalho para a massa de desempregados e o objetivo de melhorar os salários no Leste que se situam em torno de 45% do nível salarial do lado ocidental. Além disso, a jornada semanal de trabalho na ex-RDA é de 45 horas em média, enquanto que era de 38 horas no lado ocidental. Os sindicatos previram, no quadro de uma série de acordos, uma gradual equalização para as 38 horas.

No setor da metalurgia, das máquinas e da administração pública, deve haver um crescimento de 100% da renda até 1994. Não é, entretanto, previsível que se assista a um crescimento análogo da produtividade. Na ex-RDA, o nível de produtividade, situa-se em 29-30% da parte ocidental e, provavelmente, em um primeiro momento, ela recuará ainda mais. Diversas avaliações estimam a queda próxima em 10%. Assim, até 1994-1995, pode-se prever uma ampliação da distância entre o nível dos salários e o da produtividade. Isto terá consequências negativas sobre os lucros e os investimentos que deverão obrigatoriamente ser estimulados com fundos públicos.

- Uma passagem para a economia de mercado é possível sem a intervenção do Estado?

Elmar Altvater - É absolutamente impossível. Se se quer atingir um certo equilíbrio, a constituição de uma economia de mercado implica na expansão de um sistema institucional. Paradoxalmente, a passagem para uma economia de mercado demanda, em primeiro lugar, atribuir um papel importante ao Estado neste processo.

- A situação atual na Alemanha do Leste é, às vezes, assimilada à das regiões subdesenvolvidas ou em crise industrial no seio dos países desenvolvidos, como o sul da Itália, a Escócia etc. Como você avalia este tipo de analogia?

Elmar Altvater - A emigração da força de trabalho do Leste para o Ocidente corresponde essencialmente a um fluxo de mão-de-obra especializada. Assim, uma situação absurda é criada: de um lado, milhões de pessoas desempregadas e, de outro, se se investe na ex-RDA, será necessário ter uma mão-de-obra altamente especializada que deve, então, ser reimportada a um preço mais elevado.

O segundo problema, também comparados àqueles das relações entre o Norte e o Sul da Itália, reside na burocracia. A *Treuhandanstalt* - a sociedade pública que se ocupa da privatização das empresas na ex-RDA - e outras instituições encarregadas de distribuir o dinheiro querem se perpetuar. Há um processo de auto-conservação da burocracia. De um lado, se ela alcança realizar a sua missão, ela torna-se supérflua. De outro, ela tem interesse em sua sobrevivência e, neste sentido, ela é um obstáculo ao desenvolvimento.

O terceiro problema, é aquele das "catedrais no deserto". Há aqui semelhanças com as regiões industriais em crise ou mesmo com o sul da Itália. A fabricação de automóveis pela FIAT em Gioia Tauro é um pouco similar à fabricação de caminhões pela Daimler-Benz e Ludwigsfelde. São braços de uma rede de produção do lado ocidental da Alemanha sem ligação orgânica com a região de implantação.

- O economista húngaro, teórico das reformas na Hungria, Janos Kornai, afirma que a transição à economia de mercado não pode ser introduzida por decreto. Existem numerosos obstáculos. O que você pensa sobre isto?

Elmar Altvater - A questão deve ser analisada a partir das análises da economia de mercado. O historiador da economia Karl Polanyi, conhecido no Ocidente por seu livro *A grande transformação*, aborda a questão. Ele demonstra com evidência que quando se liberam as leis de mercado sem a intervenção das instituições do "Estado social", sem regulamentação da troca de mercadorias, sem que se desenvolva um certo tipo de cultura de relações de mercado, então nasce nada menos do que um capitalismo mafioso. Um capitalismo selvagem que destrói os seres humanos. Karl



A idéia de planificar a economia de toda uma sociedade é absurda e isto não pode funcionar.



Polanyi definiu as leis de mercado deixadas a si próprias como moinhos satânicos que arrasam socialmente e fisicamente as vidas dos indivíduos e algumas vezes chega mesmo a destruí-las. Regular social e politicamente os mercados em um país que não tem nenhuma tradição é uma tarefa enorme. Este processo de transição não poderá ser cumprido em 500 dias, como pretendiam alguns economistas na União Soviética e da Universidade Americana de Harvard.

- O que continua válido das análises econômicas marxistas, após todos estes acontecimentos?

Elmar Altvater - Não penso que se trata de declarar mortos e ultrapassados - como parece ser moda entre numerosos intelectuais - a teoria marxista, marxiana ou os marxismos. Penso que uma nova leitura de Marx é necessária e, sobretudo, que é preciso ir além de Marx e do Marxismo sem jogá-los ao mar. Numerosas contradições internacionais que se observa no plano do sistema financeiro e bancário, do endividamento do Terceiro Mundo etc podem muito bem ser analisados no quadro da teoria marxista.

A idéia de planificar a economia de toda uma sociedade é absurda e isto não podia funcionar. Mas se se conhece efetivamente Marx, creio que se pode encontrar numerosas considerações que demonstram como este absurdo lhe era claro, apesar dele sustentar a necessidade de uma planificação.

Uma superação implica um esforço teórico e não simplesmente a liquidação dos ensinamentos do passado. Eu estou persuadido que uma economia e uma sociedade modernas não podem ser viáveis sem uma economia de mercado. Simultaneamente, estou convencido que há uma quantidade de problemas insolúveis pelo mercado, como por exemplo a distribuição dos "bens posicionados".

- Poderia nos explicar este conceito ?

Elmar Altvater - Os "bens posicionados" são aqueles cuja utilização me dá satisfação somente na medida em que os outros, todos os outros, não utilizam estes bens. Por exemplo, o automóvel. Ele me é útil somente se todos os homens da terra não o utilizam. Se seis bilhões de homens - e em alguns anos serão nove ou dez bilhões - o utilizam, então, o automóvel que possuo na Europa Ocidental não será mais "móvel", mas imóvel e a poluição da atmosfera será tal que não poderemos mais respirar.

Se deixamos ao mercado a distribuição destes "bens, posicionados", então, naturalmente a tendência é à utilização generalizada do automóvel. O que levaria à morte da humanidade. Temos necessidade de regra fora das leis de mercado, que sejam planificadas ou enraizadas culturalmente, normas sociais que podem inclusive tomar forma de auto-renúncia. Temos necessidade de controles através dos quais uma economia moderna possa funcionar, uma combinação entre as regras de mercado e as regras que não pertencem ao mercado. Para isso, é necessário uma certa quantidade de planificação. Todas as grandes empresas planificam e ninguém se preocupa ou acha isto estranho.

- O fluxo de capitais crescentes para a Europa do Leste vai exaurir aqueles destinados aos mais pobres

países do Terceiro Mundo e reforçar assim indiretamente o seu subdesenvolvimento ? E ainda : o fracasso do "socialismo realmente existente" significa igualmente a renúncia a toda perspectiva não capitalista nos países do Terceiro Mundo ?

Elmar Altvater - Em relação à primeira questão : o fluxo de capitais para a Europa do Leste não representa no contexto citado problema algum, tendo em vista as suas dimensões bastante modestas. Além disso, os capitais têm fluído nos últimos dez anos do Terceiro Mundo para o Ocidente e não o contrário: estes fluxos de capitais não são, no momento, decisivos.

O maior problema é o ideológico, que você abordou em sua segunda pergunta. Hoje, o mundo inteiro considera evidente a superioridade do mecanismo de mercado. Se se procurasse hoje desenvolver nos países do Terceiro Mundo um modelo econômico que se situasse além do mercado, ele seria bloqueado por esta única razão. O fracasso dos países do Leste fez desaparecer esta alternativa, apesar de ela não ser recomendável sob todos os pontos de vista. Para muitos seres humanos, as sociedades capitalistas modernas revelam-se manifestamente como a única alternativa. Muitos renunciaram à busca de alternativa e os movimentos que haviam se fixado este objetivo refluíram, mesmo aqueles que não haviam defendido jamais as idéias e o programa do marxismo soviético oficial. De uma certa forma, eles caíram no abismo aberto pelo fracasso do "socialismo real".

- Os últimos acontecimentos significam que o conflito histórico dos anos vinte, quanto à possibilidade de uma via não capitalista foi hoje clarificado pela história ? Se a resposta for sim, isto significa que é necessário que se erga primeiramente no plano mundial um sistema capitalista relativamente homogêneo, antes que se possa construir um sistema mais justo que o capitalismo ?

Elmar Altvater - A experiência histórica deste século mostra que uma planificação como a iniciada nos anos vinte com a Gosplan (orgão de planificação central) na União Soviética, e como foi estendida após a Segunda Guerra Mundial aos países da Europa do Leste e a todo o chamado campo socialista, não funciona. Isto não é uma prova, do meu ponto de vista, que qualquer planificação não funciona. Em primeiro lugar, na URSS e nos países do Leste, ela foi até o fim dos anos cinquenta relativamente coroada de sucesso, em todo caso se se medem as taxas de crescimento, que foram significativamente mais elevadas do que no mundo capitalista.

Infelizmente, perdeu-se a oportunidade de se fazer o que Ota Sik, por exemplo, reivindicou nos anos 60 na Tchecoslováquia, isto é, de atribuir mais amplitude às forças de mercado quando da passagem da fase extensiva do crescimento a uma fase intensiva e abandonar, à longo prazo, a planificação centralizada, já que este implica em dirigir a economia a partir de um plano que não é absolutamente capaz de refletir toda a sua complexidade. Mas as economias de mercado tampouco vão resolver as tarefas históricas atuais. Já lembrei aqui os países do Terceiro Mundo que são uma evidência exatamente contrária a esta suposição.

Para mim - e vejo aqui um campo de elaboração teórica e de debate entre a esquerda - trata-se de desenvolver e de estudar os modelos que, integrando certas experiências e debates dos anos vinte e posteriores, combinem em todos os níveis métodos de regulação pelo mercado e fora do mercado, planificação estatal e democratização generalizada. Esta combinação não deveria se limitar ao plano formal : ela deverá materialmente tomar corpo nas empresas, ao nível das comunidades, nas instituições sociais etc.

Trata-se, portanto, de conceber um sistema bastante complexo de regulação social, que não pode ser, não deve ser e não será somente a planificação tradicional, mas que não terá nada em comum com as concepções de regulação que defendem hoje os apologistas do mercado. Este sistema deveria igualmente associar as formas de propriedade mais variadas, da propriedade privada até a propriedade social, passando pela propriedade estatal e a propriedade municipal. Um sistema deste tipo deve igualmente ainda ser explorado de maneira experimental.

O fim proclamado da história não está de todo modo à vista. Seria falso concluir isto do fracasso das economias planificadas do Leste. É preciso ir além da experiência feita apoiando-se sobre o seu estudo crítico.

Combinar em todos os níveis regulação pelo mercado e fora do mercado, planificação estatal e democratização generalizada.

O socialismo e o “moinho satânico”

Eduardo Albuquerque

Como toda essa discussão sobre o plano e mercado se refletiria em nossa elaboração de um Projeto Alternativo para o país? Como avançar em uma proposta alternativa tanto ao **despotismo do mercado** como ao **despotismo burocrático**?

A democracia como norte

Apenas a invenção permanente da democracia nos assegura a possibilidade da construção de um projeto de socialismo radicalmente libertário e antiburocrático.

Para tanto é essencial a identificação dos obstáculos ao avanço da democracia que existem na sociedade brasileira: 1) a miséria e a exclusão social; 2) a presença da violência estatal, através do aparato repressivo policial-militar; 3) o controle das grandes corporações sobre a economia; 4) o controle privado e monopólico sobre os meios de comunicação de massa e 5) as deformações do sistema de representação. Quebrar e remover esses obstáculos são as tarefas da luta democrática. Cada passo dessa luta sofrerá profunda resistência das classes dominantes, o que exige uma estratégia de ação política capaz de combinar a multiplicação da ação organizada da população com a atuação a nível da institucionalidade.

Desenvolver a democracia significa, simultaneamente, multiplicar a auto-organização da população e conquistar reformas estruturais que vão cerceando, limitando a operação desses obstáculos. Pensando em primeiro lugar a construção da democracia, colocaremos claramente a esfera da economia como **subordinada** à da política.

Não é objeto desse artigo desenvolver os elementos chave da proposta de democracia, mas é necessário indicar que ela aponta para uma estruturação que combina a **democracia representativa** (retiradas as limitações impostas pelo poder do capital e desmontado o funcionamento de mecanismos que deformam a livre expressão da vontade popular), a **democracia direta** e a utilização dos mecanismos de **sufrágio universal, plebiscitos** para a decisão de temas nacionais.

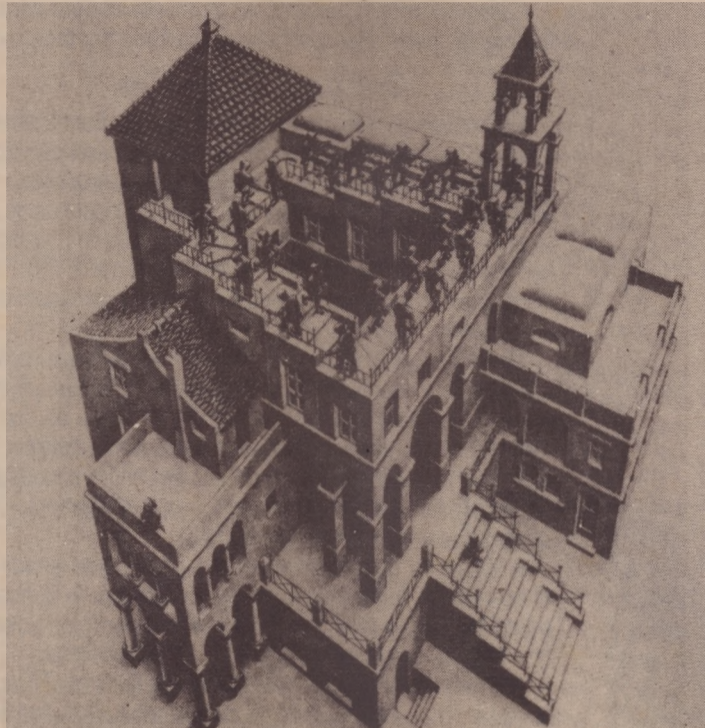
De início, duas são as contribuições específicas da economia à construção da democracia: 1) a eliminação da miséria e a criação de condições materiais para a universalização da cidadania; e 2) a retirada do controle da economia das mãos das grandes corporações transnacionais. Nenhuma das duas tarefas pode ser relegada ao mecanismo de mercado. Vejamos por quê.

Crescimento e periferia

O Brasil é um país capitalista, dependente e periférico. Esta caracterização um tanto óbvia é necessária para que a especificidade do capitalismo no país não seja perdida no momento de elaborar nosso projeto. O desenvolvimento econômico em países atrasados, que têm deficiências estruturais na acumulação de capital, depende da intervenção estatal para a alavancagem de seu desenvolvimento.

Na presente fase do desenvolvimento capitalista, a tendência para a periferia do capitalismo é a ampliação da marginalização econômica e social (a automação, os novos materiais, a biotecnologia retiram o interesse dos capitais pela mão-de-obra barata e pelas matérias-primas do Terceiro Mundo). Essa é a tragédia da política neoliberal: transitam para uma **inserção passiva** das economias nacionais à ordem internacional construída de acordo com a “vontade” das transnacionais, exatamente em um momento que a tonalidade de uma inserção na economia internacional deveria ser **ativa e soberana**.

Para viabilizar a retomada do crescimento econômico o projeto do PT tem de partir de uma recuperação da capacidade do investimento público e estatal. O capital privado, nacional e internacional, poderá contribuir para o conjunto



Escher

dos investimentos necessários. E aqui está se tratando do pequeno, médio e grande capital... Todos podem ter um papel no projeto do PT. A mudança que operaremos com relação à política neoliberal é o de abandonar a crença (por sinal infundada) na capacidade do capital privado de alavancar a economia e o privilégio dado ao capital monopolista. A incapacidade e a limitação do mecanismo de mercado (como o próprio Alec Nove nos alerta) tem de ser lembrada ao elaborar nosso projeto.

Prioridades do investimento

Numa economia como a brasileira, o investimento estatal e o investimento público constituem a alavanca básica do progresso econômico. A geração destes investimentos públicos - apenas viabilizáveis no Brasil atual após profundas **reformas estruturais** - e a sua destinação são as questões econômicas centrais para um novo modelo econômico.

Numa sociedade capitalista, a definição dos investimentos estatais ocorre a partir dos arranjos determinados basicamente pelos interesses dos grandes grupos econômicos. Nos regimes burocratizados, a cúpula do partido único definia.

E no projeto do PT? Por que não se pensar em uma proposta que signifique o envolvimento da população em seu conjunto nessa definição? Por que não pensar em uma alternativa que utilize o sufrágio universal e/ou alguma forma de referendo para chegar a essa definição?

Passar-se-ia, então, a periodicamente submeter à população as definições básicas acerca da destinação dos investimentos públicos.

É bem provável que à medida em que a relevância dos temas a serem decididos for se ampliando, a participação aumentará, as próprias condições para a prática democrática se fortalecerão. A democracia só se constrói com a sua prática, o seu exercício, o seu aprendizado. Merece aqui um comentário uma observação feita por Koshiba, sobre a confiança exagerada na democracia, no tal “*homo democraticus*”, que existiria no socialismo. Caro Koshiba, não temos nenhuma certeza sobre a concretização do projeto socialista (estou de acordo com você sobre a visão do socialismo como “uma possibilidade histórica”). Porém, um projeto como o do socialismo petista só pode se justificar e se viabilizar a partir do desenvolvimento da prática democrática. E isso comporta a possibilidade de erros, revisões, correções etc. Comporta necessariamente a existência per-

Algumas propostas para uma combinação entre plano e mercado, subordinados à construção da democracia no Brasil.

POLÊMICA

manente de alternativas em choque na sociedade.

Voltando à sugestão do sufrágio universal para a definição da destinação dos investimentos públicos. Esta proposta, em outras palavras, é a de submeter o plano (ou melhor, as várias alternativas de planejamento) à votação popular. Seria a partir dessa definição que se desdobrariam tarefas para os demais níveis da estrutura democrática. Ao parlamento (unicameral, evidentemente) ficaria a tarefa de fiscalização. Aos vários níveis da democracia direta e da auto-organização o desdobramento das definições gerais e assim por diante.

Essas definições democráticas de prioridade é que seriam as balizadoras do relacionamento do plano com o "mercado".

Controle e conflito

Na elaboração de nosso projeto para o Brasil vamos localizar o conflito central entre a **perspectiva do controle social versus o controle das grandes corporações** (a forma concreta e real do "mercado" de hoje). Deste ponto de vista, o pequeno e o médio capital são aliados, embora conflituosos, em nosso projeto (vide o PAG do Lula-89). Eles necessitam dessa aliança para evitar o seu esmagamento pelo grande capital.

Mesmo o grande capital poderá ter um papel em nossa alternativa. Evidentemente trata-se de um relacionamento extremamente conflituoso, antagônico. A lógica do capital tem um sentido diametralmente oposto à do controle social: a busca insaciável do lucro contradita-se com as prioridades de um modelo econômico voltado para o atendimento das necessidades da maioria da população.

A dinâmica do desenvolvimento do controle social se chocará com outro constrangimento enorme: o mercado mundial, ou em outras palavras, com a divisão internacional do trabalho comandada pelas grandes corporações.

É uma realidade adversa e inescapável: nossa elaboração deve construir uma proposta precisa de relacionamento com economia internacional. Ela deve se afastar tanto dos delírios chauvinistas do "socialismo num só país" ou da ingênua confiança nas benesses da nova ordem internacional.

O controle social

Identificando e reconhecendo esses constrangimentos, é interessante passar a uma visão mais complexa e mediada do relacionamento entre o investimento público e o privado evitando definições inteiramente "apriorísticas". Pesarão em tal relacionamento o debate democrático, a avaliação da situação política concreta, a correlação de forças estabelecida.

É parte constitutiva e básica da dinâmica de desenvolvimento do controle social a criação de garantias à organização democrática dos trabalhadores no interior das empresas. As comissões de empresas são indispensáveis para a conquista e manutenção dos direitos sociais, do controle sobre o ritmo de trabalho, do controle sobre o próprio processo de difusão das inovações tecnológicas.

O relacionamento entre o setor público e o privado será inteiramente distinto, especialmente por haver a pressão da definição democrática (por fora) e da organização no local de trabalho (por dentro).

O setor financeiro e o controle do comércio exterior talvez sejam as áreas em que já seja possível afirmar uma incompatibilidade entre o desenvolvimento do controle social e democrático da economia e o controle privado destes setores. Não podemos mais raciocinar apenas com as tradicionais listas de áreas estratégicas e não estratégicas: estas áreas serão definidas a partir das prioridades de desenvolvimento nacional decididas no voto popular.

É o momento de desenvolver melhor a explicação de por que a dicotomia "estatal" versus "privado" é limitada para uma formulação alternativa..

Tome-se um economista como Oskar Lange. Em um ensaio intitulado "Alguns problemas referentes à planificação econômica dos países subdesenvolvidos", datado de 1955. (*Os Economistas*, Lange e Tinbergen, Nova Cultural 1986), Lange identifica a especificidade dos países subdesenvolvidos, "...nas condições do capitalismo monopolista e imperialista", indicando que "...a rápida acumulação de capital não pode ser assegurada nos países subdesenvolvidos pelo capital privado". Conclui que o desenvolvimento econômico só pode ocorrer baseado no investimento público, isto é, "...na acumulação praticada pelo Estado e outras instituições públicas...". Mais adiante Lange explicitará que o "setor estatizado" poderá tanto servir aos interesses dos grupos

capitalistas ou da nação.

Como se identifica a diferença entre um caso e outro? "A diferença entre um setor capitalista de estado da economia nacional e um setor estatizado funcionando como ponto de partida de um desenvolvimento visando ao socialismo consiste, então, **nos propósitos que o setor estatizado serve**". Isso é uma definição insuficiente. Não está presente no texto de Lange uma precisão sobre o **quem controla e como o setor estatizado**.

Essa precisão é importante por várias razões.

Em primeiro lugar, não é automática a relação entre o caráter não-capitalista de um setor estatal da economia e o seu "propósito" de servir à nação, sendo um ponto de partida para a sociedade socialista. Foi exatamente esse desencontro que caracterizou o conjunto dos países do Leste.

Essa formulação deve ser enriquecida: é necessário acrescentar uma categoria, a do controle social. Com ela poderemos construir três alternativas de controle de um setor estatal: 1) o capitalista (conhecemos bem esse aqui no Brasil); 2) o burocrático (um setor estatal controlado apenas pelo próprio estado... sem participação democrática, o caso do Leste Europeu) e 3) o controle social (objeto de um projeto de cunho democrático e socialista).

Pensar em controle democrático de um setor estatal é articular um controle da sociedade em seu conjunto, acima de interesses corporativos de uma dada unidade produtiva ou setor econômico, com uma ampliação da democracia no interior das unidades "estatizadas".

Um novo tripé

Avançando na discussão do desenvolvimento do controle social, podemos adicionar elementos para demonstrar a estreiteza da polarização criada apenas entre o "estatal" e o "privado". É possível se pensar, desde hoje, em um "setor público não-estatal".

Trata-se de uma proposta apresentada por um estudo do CEDEPLAR-FACE/UFMG, em um trabalho encomendado pela Prefeitura de Ipatinga: USIMINAS: privatizar pra quê?

Grosso modo, a proposta tem dois pontos. Em primeiro lugar é criado uma Fundação de direito privado, sem fins lucrativos. Esta Fundação teria uma diretoria eleita por todos trabalhadores sindicalizados do país, em um escrutínio direto. A esta Fundação seria repassado o controle de todos os Fundos Sociais existentes (FGTS, PIS/PASEP, recursos previdenciários).

Em segundo lugar, sanando uma dívida social calculada, no mínimo, em 100 bilhões de dólares - do governo e seu Tesouro Nacional junto aos trabalhadores - esta nova entidade receberia o controle acionário de um conjunto de empresas como a Petrobrás, a Telebrás, a Eletrobrás, a USIMINAS, o Banco do Brasil, dentre outras.

Uma "holding" desse porte seria administrada autônoma e democraticamente pelos trabalhadores. É uma proposta de autogestão desde um ponto de vista mais amplo dos trabalhadores, evitando os riscos de uma autogestão limitada a uma empresa.

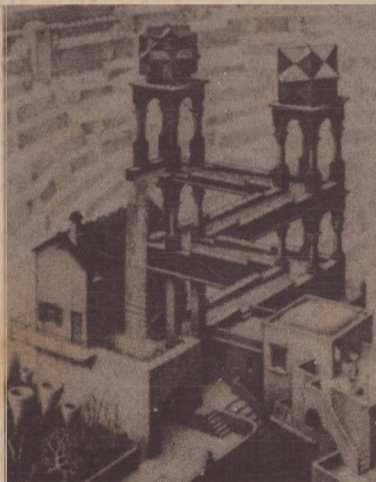
É uma **reforma estrutural** de largo alcance (o PT vai apresentar um Projeto de Lei concretizando-a).

Essa proposta viabiliza uma nova e criativa combinação entre diversas formas de propriedade: poderia se falar em um novo tripé da economia, formado pelo setor estatal (merecedor de uma reforma que estabeleça formas efetivas de controle da população, como propúnhamos desde o PAG do Lula 89), pelo setor público não-estatal (criado a partir da reforma estrutural do estado) e pelo setor privado (nacional e internacional).

É uma forma nova de combinar o **público** (agora subdividido em estatal e não-estatal) e o **privado**.

Contendo, bloqueando e enfrentando a "livre operação" das forças de "mercado" (leia-se grandes corporações), definindo por mecanismos democráticos as prioridades, o nosso projeto trabalhará com o médio e o longo prazo, onde o espaço para o pequeno e mesmo o médio capital será visualizável. Para realizarmos tal aliança (em sentido estratégico) é uma tarefa bloquear a ação do mercado real, do trator esmigalhador do grande capital. Subordinado (conflituosamente) ao controle social em desenvolvimento, um estatuto claro deve ser imposto ao grande capital que se dispuser a se enquadrar ao novo modelo econômico. □

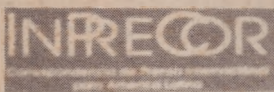
Eduardo Albuquerque é vice-presidente do PT em Minas Gerais.



Escher

No centro do nosso projeto está o conflito entre o controle social versus o controle do grande capital sobre a economia.

A crônica dos tempos



Imprecor - Correspondência de Prensa Internacional pela América Latina. Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Revista mensal em Castelhana. Número 18, novembro de 1991.



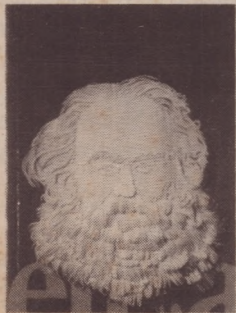
Dossiê sobre El Salvador: o Acordo de Nova Iorque. Haiti: Beco sem saída dos golpistas, de Arthur Mahon. Dossiê sobre as negociações no Oriente Médio. O movimento anti-guerra na Iugoslávia, de Catherine Samary. Balanço das eleições de outubro na Polónia, de Cyril Smuga. Mito e realidade do "milagre chileno", de Pedro Vuskovic. O "trabalho de equipe": ideologia e realidade, de Mike Parker e Jane Slaughter. Cr\$ 1.000,00



Imprecor - Correspondencia de Prensa Internacional para America Latina. Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Revista mensal em castelhana. nº 17, outubro.



URSS: Resolução do Secretariado Unificado ("Os desafios da nova situação") e artigo de David Seppo. Dossiê sobre as agressões a Cuba, com artigo de Janette Habel e editorial do *Granma*. Uruguai: Balanço do II Congresso da Frente Ampla, por Gustavo Vásques. Haiti: "A ordem reina em Porto Príncipe", de Cecília Garmendia. Ernest Mandel: "As lições do escândalo do BCCI". Cr\$ 1.000,00



Crônica de Marx - Maximilien Rubel. Cadernos Ensaio, nº 3.

O perfil cronológico traçado com competência e rigor da vida e da obra de Marx. Um livro, que através da contextualização das origens e tensões do pensamento de Marx, é uma peça indispensável para o grande debate que hoje se trava sobre o futuro do marxismo. Cr\$5.500,00

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celia Regina de Souza
Reg.MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Adelaide Jôia, Jose Correa Leite, Juarez Guimarães.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página ● Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 -Pinheiros-São Paulo-CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031; **Vitória:** Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921; **Salvador:** Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jomais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 10.000,00 () Apoio Cr\$ 15.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinalado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 CEP 05404 - mSão Paulo - SP

Conquista contra a opressão das mulheres

Italo Cardoso

Os dados coletados pelo IBGE em 1986 revelaram que 44% das mulheres brasileiras, com idade entre 15 e 54 anos, tinham a esterilização como método mais usado para evitar filhos. Essa "opção" continua sendo estimulada pelos "programas de planejamento familiar" dos sucessivos governos, e também por empresas que costumam exigir comprovante de esterilização, como condição básica para que as mulheres sejam empregadas ou permaneçam no emprego.

Essa prática discriminatória contra o direito ao trabalho e à reprodução continua, embora a Constituição e a CLT garantam esse direito, como também a própria Lei Orgânica do Município, em seu artigo 119. Conseguimos, com a aprovação e regulamentação da Lei 11.081, estabelecer no Município de São Paulo as punições aos estabelecimentos que restringirem o direito da mulher ao emprego, através de exigência ou solicitação de teste de urina ou sangue para verificação do estado de gravidez, em processos de seleção para admissão no emprego; exigência ou solicitação de comprovante de esterilização, para admissão ou permanência no emprego; discriminação de mulheres casadas ou mães nos processos de seleção ou rescisão de contratos de trabalho.

Aplicabilidade

A preocupação dos movimentos e do próprio executivo foi a de elaborar uma regulamentação que garantisse a **aplicabilidade** da lei.

Em primeiro lugar, a regulamentação possibilita que o **processo de denúncia** (que deverá ser dirigida às Administrações Regionais) seja **coletivo**: que os sindicatos, entidades de mulheres, órgãos de saúde possam efetuar a denúncia, preservando a trabalhadora de um provável retaliação da empresa e entendendo que a discriminação é uma política, que nunca é feita contra uma mulher apenas.

Em segundo lugar, a regulamentação garante que a **trabalhadora ou uma entidade que ela possa escolher, ou ainda a entidade que fizer a denúncia possam acompanhar a fiscalização**.

Um outro aspecto que a regulamentação abarca é a possibilidade de se obterem diagnósticos dos estabelecimentos, que mostrem a situação das trabalhadoras e das que foram demitidas (estado civil, filhos, estado de gestação, fertilidade), para que possa ser verificada a política da empresa em relação à discriminação.

A lei 11.081 é fruto de muita discussão e aprendizado com os movimentos, entidades de defesa dos direitos das mulheres e comissões de mulheres dos sindicatos, que nos subsidiaram por ocasião da apresentação do projeto na Câmara Municipal. Foi já regulamentada pela companheira Luiza Erundina no dia 6 de novembro. A divulgação desta conquista é importante porque iniciativas semelhantes podem e devem ser tomadas em outras cidades pelo PT.

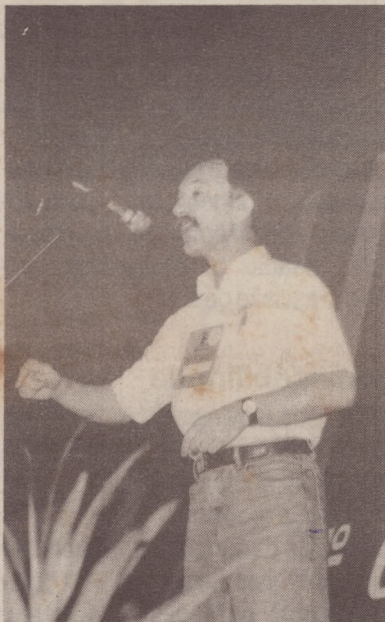
Italo Cardoso é vereador do PT em São Paulo.

IMPRESSO

O Brasil é agora

Isaac Akcelrud

O editor do Brasil Agora, companheiro Rui Falcão, recebeu fraternalmente **EM TEMPO** para uma reflexão em voz alta sobre a experiência e as perspectivas do quinzenário dos petistas. Começamos pela seção de cartas, muito críticas em grande número. "A crítica tem acolhida permanente em nosso jornal. Quem está criticando, está lendo. Muitas vezes, fala-se de um projeto que não é o que está aí. As pessoas gostariam de um jornal de massas, de agitação, cotidiano. Esse jornal é mais necessário do que nunca. Mas precisamos acumular forças e recursos para esse projeto. O que é possível hoje é o jornal definido e aprovado pelo Diretorio Nacional."



Fernanda Estima

Primeiras experiências

Rui Falcão avalia a experiência já acumulada. "O número zero de qualquer jornal, em geral, é fechado e só para uso interno. Fizemos o contrário e o submetemos à crítica pública, o que ajudou a ir mudando a cara do jornal até chegar ao nível do nº 3, a partir do qual ele pode deslançar.

"O jornal não é um porta-voz oficial ou oficioso do PT. O próprio Lula nos deixou bem claro que prefere um jornal com personalidade e envergadura para criticar o PT, o governo paralelo. O Brasil Agora guarda coerência com o PT, na transparência, no critério crítico da verdade. Vai ser mediado por um Conselho Editorial mais amplo que o próprio PT. Lançado pelo PT, encara a realidade com os olhos do PT, toma partido, mas fala e atua no campo democrático-popular.

"A pauta do jornal deve contribuir para a ampliação do repertório de temas e ter uma cobertura permanente do movimento sindical, sem triunfalismo. Não vamos criar matérias quando não há lutas, mas levar a reflexão inclusive ao plano internacional, rompendo os limites do corporativismo. Os trabalhadores terão no jornal uma ponte entre o sindicato e a vida político-partidária.

"A concepção do Brasil Agora leva em conta que o PT quer se colocar como um partido do século XXI - socialista, democrático, revolucionário. Mas é necessário assimilar as experiências positivas do passado, o que inclui aspectos da imprensa alternativa dos anos 70: o senso crítico, um leque muito amplo de colaboradores (pois nossas redações não podem ser grandes), o pluralismo. Assinalar estas semelhanças é um elogio.

"Nosso temário inclui necessariamente questões internacionais. Foram enumeradas por Lula no Congresso: a solidariedade incondicional a Cuba, a recondução do presidente Aristide ao governo do Haiti, a solidariedade ao povo palestino, etc. Não estamos esquecendo de analisar a crise do capitalismo que se manifesta nos EUA e na Europa. Não se pode pensar o Brasil desligado da realidade internacional. Os petistas precisam dessa dimensão internacionalista.

Polêmica

"A polêmica é uma dimensão importante do Brasil Agora. Estamos em grande desvantagem técnica. Eles nos atacam

diariamente. Nós circulamos de 15 em 15 dias. A resposta às distorções sobre o Congresso, por exemplo, será simples e direta: vamos transcrever trechos de matérias da grande imprensa, colocando em seguida trechos pertinentes das resoluções do Congresso. Cada um dos leitores terá todos os elementos para fazer a polêmica. Além disso, o companheiro Perseu Abramo vai escrever um artigo de análise sobre o tema. Aquela notícia falsa da Folha de São Paulo sobre a venda dos 200 exemplares do nosso jornal foi desmentida na carta do João Machado. O pior é que aquele jornal contou com a informação leviana de alguém de nossas fileiras. É preciso ter cuidado nas relações com uma imprensa parcial e manipuladora.

Encurtar prazos

"Toda publicação tem um período de implantação e maturação, e que vale inclusive para a grande imprensa. Nossa publicação foi lançada num período de baixa, quando os nossos poucos recursos financeiros eram absorvidos pela organização do congresso. Mesmo assim, conseguimos vendas razoáveis e as assinaturas estão crescendo. Estamos chegando aos primeiros dois mil assinantes. Com eles entramos no período de alta, com o partido fortalecido pelo Congresso. A manchete desta edição será "O PT contra o baixo astral".

"O ponto de fusão entre o jornal e o partido vai se aproximando a medida em que as pautas ficam mais coladas com as bases sociais e suas lutas. O fortalecimento do jornal corre paralelo com o crescimento da organização e das lutas de seu público-alvo.

"Se formos bem sucedidos - considera Rui Falcão - até a metade do ano que vem poderemos começar a esquentar os motores para passar a semanário. Cada assinatura é um passo para encurtar a periodicidade. Se o partido, se os apoiadores do jornal, se esse campo democrático e popular sentirem o que vai estar em jogo em 94 - a disputa presidencial e a possibilidade de um governo com Lula - não será difícil estarmos fazendo a próxima campanha presidencial com um jornal diário.

"Estamos promovendo lançamentos promocionais do jornal nas capitais. A militância pode multiplicar esses lançamentos por todo o interior do país em combinação com a organização de grupos de apoiadores e de jornalistas para que possamos retratar toda a diversidade de nosso país. No Rio Grande do Sul, já surgiu a iniciativa de criação de uma sucursal. Seria importante, sugeriu Rui Falcão, que o EM TEMPO difundisse a idéia da formação de sucursais voluntárias, de grupos de vendedores de assinaturas. Esperamos igualmente que os parlamentares passem em primeira mão as denúncias que fazem permanentemente. Em suma, temos razões, motivos e meios para encurtar os prazos e chegar com recursos e estrutura ao jornal diário que precisamos. Vamos começar a esquentar os motores.

"Se conseguirmos acumular forças, podemos ter um semanário a partir de meados do ano que vem e, quem sabe, um diário na próxima campanha presidencial". □